

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Instituto de Economia e Relações Internacionais

DANIELLE AMARAL MAKIO

‘EUROPE’S BLACK HOLE’: IDENTIDADE E (IN)EXISTÊNCIA NA TRANSNÍSTRIA

UBERLÂNDIA

2019

DANIELLE AMARAL MAKIO

‘EUROPE’S BLACK HOLE’: IDENTIDADE E (IN)XISTÊNCIA NA TRANSNÍSTRIA

Monografia apresentada no Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito básico para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Áureo de Toledo Gomes.

UBERLÂNDIA

2019

‘EUROPE’S BLACK HOLE’: identidade e (in)existência na Transnístria

Danielle Amaral Makio

Uberlândia, 2 de julho de 2019

BANCA EXAMINADORA

Áureo de Toledo Gomes

(Orientador -IERI/UFU)

Bárbara Vasconcellos de Carvalho Motta

(IERI/UFU)

Erwin Pádua Xavier

(IERI/UFU)

Ao meu avô (in memoriam), a razão de tudo.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que sempre me apoiou e comemorou comigo as pequenas vitórias. À minha mãe, que me ensinou sobre coragem e me permitiu buscar a mim mesma. Aos meus irmãos, que me ensinam sobre união. Aos meus avós, que desde sempre me ensinam sobre o amor.

À Universidade Federal de Uberlândia, que me causou uma irremediável paixão pela Academia e pelas Relações Internacionais. Aos docentes do IERI, pela formação acadêmica que me propiciaram e, sobretudo, aos meus grandes orientadores, Áureo e Erwin, que desde muito cedo me ajudaram a desvendar novas fronteiras na universidade e permitiram me encontrar na Ciência. Aos dois sou eternamente grata e nutro eterna admiração.

À Universidade de Coimbra, que e acolheu me propiciou vivências que até hoje determinam, em grande medida, minhas aspirações enquanto pesquisadora.

Ao Hugo, por sempre acreditar em mim, por me incentivar a buscar meus objetivos e por me ensinar sobre justiça.

À Larissa, pelos debates e conversas, por me ajudar desde o primeiro momento e por me ensinar sobre companheirismo.

Às meninas do 915, que diariamente me ensinam sobre sororidade e confiança.

Ao Fernando e à Natasha, que mesmo de longe me ensinam sobre força.

À décima terceira turma de Relações Internacionais da UFU, por me ensinar a lutar por tudo aquilo em que acredito.

“O homem não é, absolutamente, um resultado firme e duradouro (este foi, apesar dos pressentimentos contrapostos dos seus sábios, o ideal da antiguidade), mas um ensaio e uma transição; não é mais do que a ponte estreita e perigosa entre a natureza e o espírito.”

(Hermann Hesse)

“Nenhum homem nem nenhuma nação podem existir sem uma ideia sublime.”

(Fiódor Dostoiévski)

RESUMO

Este trabalho pretende analisar o processo de construção da identidade da Transnístria no pós-Guerra Fria de forma a buscar uma melhor compreensão das condições que permitem a manutenção de elementos do imaginário soviético em pleno século XXI e, por conseguinte, fomentam a continuidade do conflito separatista. Através de uma análise histórica da relação entre as duas partes é possível determinar a influência dos principais contextos e aspectos regionais sobre a rivalidade apontada. Neste contexto, as políticas implementadas como forma de garantir governabilidade à URSS em meio à multietnicidade dos povos que a compunham têm papel central não somente como catalisadoras do litígio mas, também, como elemento fundacional das identidades moldava e transnístria. O vácuo de poder deixado pela dissolução do grupo soviético, então, criaria as condições sobre as quais Moldávia e Transnístria dariam início a seus projetos de (re)construção estatal. Estas empreitadas, enfim, seriam marcadas pela perseguição da criação de sólidas e contundentes identidades nacionais, processo que seria ainda acompanhado do estabelecimento de novas formas singulares e organização política e social. É, pois, graças à sobreposição destes evento que a Transnístria reveste-se de uma simbologia típica do regime soviético. Através de uma breve exposição teórica acerca do papel das identidades nacionais na estruturação e na própria existência estatal, finalmente, darei início a discussões de cunho histórico que permitirão a conclusão de que a singularidade da identidade transnístria está intimamente ligada às políticas identitárias da Moldávia.

PALAVRAS CHAVE: Identidade. Estudos pós-soviéticos. Transnístria. Moldávia.

ABSTRACT

This work intends to analyze the construction process of transnistrian identity in the post Cold War in order to seek a better understanding of the conditions that allow the maintenance of elements of the Soviet imaginary in the XXI century and therefore foment the continuity of the separatist conflict. Through a historical analysis of the relationship between the two parties involved it is possible to determine the influence of the main contexts and regional aspects on the rivalry pointed out. In this context, the policies implemented as a way of guaranteeing governability to the USSR in the midst of the multiethnicity of the peoples that constitute it play a central role not only as a catalyst for the litigation but also as a foundational element of the Moldovan and Transnistrian identities. The vacuum of power left by the dissolution of the soviet bloc would then create the conditions upon which both the actors would initiate their state (re)construction projects. These works, in short, would be marked by the persecution of the creation of solid and forceful national identities, a process that would be accompanied by the establishment of new singular forms and political and social organization. It is due, therefore, to the overlapping of these events that Transnistria has maintained a typical soviet symbology whose apparent anachronism will be demystified throughout this monograph. Through a brief theoretical exposition about the role of national identities in structuring and in the very existence of the state, I will finally begin discussions of a historical nature that will allow the conclusion that the uniqueness of Transnistrian identity is closely linked to the identity politics of Moldova.

KEY WORDS: Identity. Post-soviet studies. Transnistria. Moldova.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1 - Estrutura do Poder na URSS _____ p.46
- Imagem 2 - Presença de Russos pelo Espaço Pós-Soviético _____ p.59
- Imagem 3 - Bandeira Nacional da Romênia _____ p.73
- Imagem 4 - Bandeira Nacional da Moldávia _____ p.73
- Imagem 5 - Passaporte da Transnístria _____ p.83
- Imagem 6 - Bandeira Nacional da Transnístria _____ p.84
- Imagem 7 - Brasão de Armas da Transnístria _____ p.84
- Imagem 8 - Estátua de Lênin em Frente Prédio Público em Tiraspol _____ p.86

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Extensão Territorial do Império Russo _____ p.39

Mapa 2 - Espaço-Pós Soviéticos e Conflitos Separatistas _____ p.55

Mapa 3 - Transnístria, Moldávia e Conflitos Separatistas do Espaço Pós-Soviético __ p.63

Mapa 4 - Bessarábia _____ p.65

Mapa 5 - Romênia e República Socialista Soviética da Moldávia de 1918 a 1940 ____ p.66

Mapa 6 - Moldávia após o fim da URSS _____ p.70

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 - Cinco Piores Produto Interno Bruto (PIB) da Europa em 2018 _____ p.74
- Tabela 2 - Cinco Piores PIB Per Capita da Europa em 2018 _____ p.75
- Tabela 3 - Cinco Piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da Europa em 2014 p.75
- Tabela 4 - Composição Étnica da Transnístria _____ p.78
- Tabela 5 - Composição Étnica do Parlamento da Transnístria _____ p.80
- Tabela 6 - Representação de classes econômicas no parlamento da Transnístria _____ p.82
- Tabela 7 - Local de Nascimento dos Deputados da Transnístria no Termo de 2005-2010 p.88

LISTA DE ABREVIATURAS

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RSS - República Socialista Soviética

PEV - Política Europeia de Vizinhança

CEI - Comunidade dos Estados Independentes

EUBAM - European Border Assistance Mission to Moldova and Ukraine

OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte

OSCE - Organização para a Segurança e Cooperação na Europa

ONU - Organização das Nações Unidas

AD - Análise de Discurso

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - IDENTIDADE E ESTADO: O LIMITES DA EXISTÊNCIA	21
CAPÍTULO 2 - UMA BREVE HISTÓRIA DO PODER NA EURÁSIA: DO IMPÉRIO AO SÉCULO XXI	37
2.1 Rússia: do Império à Revolução	38
2.2 URSS: Histórico e Estruturas	44
2.3 O Mundo Pós-Soviético: Política e Poder	54
CAPÍTULO 3 - TRANSNÍSTRIA E MOLDÁVIA: IDENTIDADES EM DISPUTA	63
3.1 Contextualização Histórica do Conflito	63
3.2 Entre o Ocidente e o Passado: o Caso da Moldávia	70
3.3 Passado no Futuro: a Singularidade Transnístria	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	97

INTRODUÇÃO

As prévias citações literárias que inauguram este trabalho, juntas, contemplam duas grandes temáticas que permeiam o entendimento do homem e das sociedades em que vivem. A primeira delas diz respeito à medida em que a existência se relaciona com a capacidade humana de acessar a realidade. Em uma discussão que remete aos grandes filósofos da Antiguidade, os dizeres de Hermann Hesse (1973) nos instigam a refletir acerca da nossa relação com tudo aquilo que nos rodeia e, em última instância, leva-nos a pensar sobre como esta simbiose influencia nossas existências. À luz das contribuições de Platão (1949), estas perturbações podem ser interpretadas com base no alegórico mito da caverna¹ e suas conclusões acerca da impossibilidade mundana de acessar a Verdade inquestionável. Sob uma abordagem mais contemporânea, os vernáculos platônicos reconfiguram-se nos contributos de Yannis Stravakakis (1999), Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985), Jacques Derrida (1995) e demais autores. Todos estes concluem que, se apenas acessamos o universo através de mecanismos discursivos, tudo aquilo que compreendemos enquanto real não passa de interpretação intersubjetivas. A subjetividade, o inconsciente e todas as esferas imateriais que compõem a psique, assim, são determinantes em nossos processos de apreensão do real: revestimos tudo aquilo que conhecemos com uma interpretação que se baseia em nossas particularidades. Em última análise, portanto, nunca de fato acessamos a Verdade de Platão (se é que se pode admitir sua existência) pois tudo aquilo que pensamos conhecer é, invariavelmente, um simulacro resultante da amálgama formada do encontro do real com nossas próprias ideias.

Já a citação de Fiódor Dostoiévski (2016)² apesar de remontar, também, à relevância de elementos subjetivos na capacidade humana de existir, nos permite transcender o universo do indivíduo para, mais diretamente, abordar, também, o coletivo. Assim, o autor demonstra uma concepção de que as nações dependem de uma ideia fundamental da qual emanam as mesmas. Tal entendimento remete às contribuições de Benedict Anderson (2008), Mircea Eliade (1972) e Joseph Campbell (1990), que, entre outros, versam acerca da formação de construções ideacionais que permitem que indivíduos sintam-se pertencentes a um mesmo

¹ Para maiores entendimentos a respeito, consultar a obra “A República” de Platão.

² Original de 1873.

grupo social. Desta maneira, os autores entendem que a mitologia, os elementos pertencentes ao universo do simbólico, oferecem as bases sobre as quais constroem-se os referenciais que orientam não somente o sentimento de pertencimento dos sujeitos [a uma coletividade], mas, também, a própria existência destes. Salienta-se, aqui, o papel ontológico das ideias, que, à medida em que nos permitem conceber o mundo de forma específica (conforme outrora discutido), permitem nossa existência no universo político-social. Dostoiévski (2016)³, portanto, instiga nossa reflexão acerca da necessidade do campo subjetivo, ideacional, para que nos concebamos enquanto indivíduos e para que nos organizemos em coletividades, sendo a nação exaltada por sua própria relevância no contexto do sistema de Estados.

No âmbito das Relações Internacionais, a *ideia sublime* prevista pelo russo encontra um vasto horizonte de possibilidades interpretativas. Contudo, segundo autores como Alexander Wendt (1996), Lene Hansen (2006), David Campbell (1992), Heather Rae (2002) e Michael Walzer (1967) é esta ideia a *identidade*. Concebida enquanto elemento que engloba diversas camadas da subjetividade, a identidade baseia-se em um caráter relacional, constitutivo e ideológico que lhe confere grande aplicabilidade no estudo de comunidades políticas -sobretudo o Estado. Tal uso conceitual independe de aspectos categorizantes que estratificam a sociedade em grupos cujas particularidades poderiam impedir uma análise generalista, expandindo as possibilidades interpretativas que advêm deste tipo de abordagem. Assim, as propostas apresentadas inicialmente acerca da centralidade das ideias -aqui reunidas sob a abordagem identitária- na construção dos indivíduos e das coletividades são, também, válidas quando do estudo dos Estados e de suas interações entre si e para com seu extrato humano.

A identidade é, portanto, compreendida enquanto elemento fundante para a capacidade de agência dos sujeitos à medida em que informa os processos ontológicos dos quais dependem indivíduos e coletividade. A identidade influencia, assim, em grande medida, as ações dos atores políticos. Neste sentido, as relações de causalidade adequada estabelecidas entre política externa e identidade são um frutífero objeto de análise e é, de certa maneira, sobre elas que este trabalho pretende se debruçar sob o objetivo primeiro de demonstrar a validade das abordagens identitárias na análise da organização do Estado.

³ Original de 1873.

As inclinações dos atores à guerra, à paz, à cooperação e ao enfrentamento, para citar algumas temáticas recorrentes no campo teórico das Relações Internacionais, podem, por conseguinte, ser compreendidas a partir da análise das identidades nacionais dos países inseridos na norma de atuação do sistema de Estados. Os entendimentos acerca das formações identitárias destes, bem como a própria natureza delas próprias, contudo, alteram-se à medida em que mudam as idiossincrasias sobre as quais se fundamentam as nações estudadas. Assim, a aplicação das abordagens orientadas a partir da identidade nos fornecem um entendimento do contexto internacional tão diverso quanto são infinitamente variadas as comunidades políticas existentes. Tamanha fertilidade acadêmica, porém, é tão melhor aproveitada quanto mais diversos são os estudos de caso em que é aplicada. A abordagem identitária, neste contexto, deve ser usada para a compreensão dos mais diversos eventos ocorridos sob a lógica da comunidade internacional, uma vez que apenas a partir deste exercício podem ser superadas, ainda que não completamente, nosso limitado conhecimento acerca do mundo em que vivemos. É a partir destes entendimentos que o presente trabalho pretende dedicar-se ao estudo de um evento específico localizado no cenário do espaço pós-soviético.

A narrativa acerca do fim da Guerra Fria que predomina no âmbito das Relações Internacionais no Ocidente baseia-se em um discurso essencialmente atrelado à queda da bipolaridade a favor da sedimentação da hegemonia dos EUA. Neste contexto, os valores democrático-liberais americanos são assumidos como grande referencial político que, uma vez congruente com o sistema capitalista defendido pela Casa Branca, passa a orientar não somente a ação dos Estados ocidentais mas, sobretudo, a forma com que estes buscam apreender a realidade e agir sobre ela. Desta maneira, boa parte dos mecanismos de aproximação interestatal, como a ONU, a OSCE e demais fóruns internacionais que se propõem a orientar comportamentos nacionais, baseiam-se amplamente em uma limitada compreensão dos fundamentos que informam a forma pela qual diversos países atuam no sistema. Por conseguinte, tais abordagens essencialmente ocidentais (e ocidentalizantes), quando transplantadas ao estudo da Eurásia, mostram-se insuficientes para descrever o impacto que o final do conflito em questão, junto da queda da URSS e de suas estruturas de poder, representou aos Estados do espaço pós-soviético (LEWIN, 1968; LO, 2002).

Até então imersos em um sistema político estruturado sobre os pilares do etnofederalismo característico do domínio soviético - modelo de organização que buscava

acomodar diferentes etnias e raízes culturais sob a égide de uma estrutura identitária e política maior à qual todas estas pertenceriam -, estes países passam, a partir dos anos 90, a vivenciar os desdobramentos do desmantelamento da unidade política outrora sustentada pelo *Politburo*⁴. A este passado de poder somam-se as reminiscências idiossincráticas do antigo regime, que continuam a exercer influência na forma com que estas novas entidades políticas buscam se inserir no contexto internacional que a elas se coloca a partir da década de 90. Tem-se, assim, a formação de uma região que parece não se inserir na lógica ocidentalista tradicional do sistema de Estados datado desde Westfália ao passo em que se sustenta sobre bases localizadas à margem da tradição liberal-democrática. As estruturas de legitimação, as relações de fidelidade, as expectativas relativas ao centro de poder, as bases culturais e mais uma série de aspectos destas repúblicas, assim, escapam ao Ocidente e estabelecem desafios à compreensão da realidade que nelas se desenha (BEISSINGER, 1988; SMITH, 1991).

Tais consequências do passado soviético comum a todas as repúblicas em questão reverberam, atualmente, sobretudo através de inúmeros levantes de movimentos independentistas que se alastram pela região pós-soviética e se estruturam enquanto Estados *de facto*⁵. Encabeçadas por grupos separatistas que há anos encontravam-se subjugados ao domínio de governos de limitada capacidade de representação de minorias, estas lutas por liberdade e autodeterminação encontram raízes em questões mais profundas. Estas, por sua vez, parecem estar intimamente relacionadas à identidade que permeia cada uma das comunidades políticas irredentistas que se inserem no contexto exposto. Tal afirmação justifica-se mediante a indispensabilidade da formação identitária nacional para que haja a organização das intenções autodeterminantes da parte dos grupos aqui tratados. Estas, por sua vez, materializam-se em políticas que buscam, progressivamente, tornar as identidades em jogo -aparentemente- tão sólidas e estáveis que permitam a ocorrência de processos clássicos de *state-building*. Neste contexto, a agudização das diferenças situadas no bojo das relações de alteridade estabelecidas entre as comunidades políticas do espaço pós-soviético parece ser levada à cabo ao passo em que se aprofunda o desejo irredentista pela existência soberana (CAMPBELL, 1992; PEGG, 1998; RAE, 2002).

⁴ Comando central do Partido Comunista da URSS.

⁵ Entidades políticas que contam com capacidades de agir enquanto Estado perante sua população (provendo, por exemplo, saúde, segurança e educação) ao passo em que não gozam de legitimidade internacional (PEGG, 1998).

No contexto aqui abordado, o caso da Transnístria⁶ vem à tona ao passo em que representa um caso cuja complexidade parece inviabilizar o uso estrito de abordagens analíticas clássicas para sua satisfatória compreensão. Somados isolacionismo político e os referenciais histórico-soviéticos aqui brevemente abordados por ora, a porção irredentista da Moldávia representa, hoje, um dos grandes desafios da política internacional conforme salienta Georgii Byanov (2009): “Ademais, o fato de que este conflito permanece congelado desde as últimas duas décadas, junto da falta de informação a respeito do que se passa na Transnístria, contribui para a percepção da região enquanto o ‘buraco negro’ da Europa.” (BYANOV, 2009, p.143, tradução minha).

O caso da Transnístria destaca-se à medida em que representa tanto a centralidade das identidades nas decisões políticas das nações, quanto os efeitos políticos, ideológicos, culturais e sociais envolvidos na queda de um regime e na súbita emergência de novos parâmetros de organização estatal. A grande particularidade da manutenção de uma forte simbologia soviética, que se dá na Transnístria de forma mais evidente do que em qualquer outro local, ademais, é fonte de grandes questionamentos acerca das construções identitárias - como se dão, quais seus efeitos. Tal incentivo à reflexão se dá, sobretudo, em um momento no qual o jogo de poder mundial caminha para uma polarização das contraposições entre regimes distintos e se debruça sobre a região euroasiática conforme se pode notar na contemporaneidade de conflitos como o da Ucrânia, país que faz fronteira com a região transnístria e com ela compartilha passados próximos.

O presente trabalho, portanto, pretende usar da relevância das abordagens identitárias à análise das Relações Internacionais para, sob este viés, analisar o conflito estabelecido entre Transnístria e Moldávia no pós-Guerra Fria até a primeira década dos anos 2010, momento em que se reduzem os dados disponíveis. Desta forma, pretendo promover uma melhor compreensão das condições que permitem a manutenção de elementos do imaginário soviético em pleno século XXI e demonstrar como isto fomenta a continuidade do conflito separatista abordado. Os esforços analíticos que aqui serão apresentados, assim, dão-se à medida em que busco responder o seguinte questionamento: *como, no caso da Transnístria, a*

⁶ República Moldava da Transnístria, Estado *de facto* situado dentro das fronteiras da Moldávia. Há uma série de nomenclaturas que podem ser usadas para representá-la, como Pridnestrovie, Transdnestre e outras. Contudo, a título de maior facilidade linguística, optarei pelo uso do termo Transnístria.

construção de uma identidade moldava externa contribui para o estabelecimento das condições necessárias para a consolidação de uma identidade soviética no pós-Guerra Fria?

Para tanto, partirei da hipótese de que a manutenção de elementos aparentemente anacrônicos enquanto substrato simbólico e (i)material da construção identitária da parte redentista parece ser justificado por duas grandes razões das quais emanam discussões menores: o legado soviético, que inibiu a maturação de uma identidade originalmente transnístria que não estivesse necessariamente ligada a um arcabouço remanescente da URSS; e a maior polarização entre Moldávia e Transnístria propiciada por tal.

Tais motivações, assim, buscam contribuir à área de Relações Internacionais, sobretudo, à medida em que permitem desvelar uma região geográfica e política pouco compreendida dada a parca produção acadêmica existente acerca das particularidades do espaço pós-soviético. Amplamente abordado de forma genérica e com pouca profundidade analítica, este mostra-se um importante recorte temático à medida em que abarca, hoje, uma série de questões relevantes à sociedade internacional das quais emanam problemáticas de fecundo potencial teórico e analítico. A existência e manutenção de inúmeros conflitos securitários; os processos de construção estatal e identitária em nações cujo vácuo de poder gerado pela queda da URSS gera grande instabilidade política; a projeção de poder russo apontada a áreas estratégicas em termos de segurança energética; o embate entre Ocidente e Oriente para aumentar suas áreas de influência; entre outros, são exemplos de processos simultâneos que se dão na região e reverberam a relevância daquilo que nela se dá

A escolha temática, bem como a delimitação do problema de pesquisa, dessa forma, deu-se com base na dicotomia existente entre a pouca exploração do campo temático em contraposição à sua relevância no cenário da política internacional. Somada a tal, a peculiaridade do caso da Transnístria e sua capacidade de representatividade do poder das identidades enquanto condutoras de posicionamentos políticos, e de certa forma da própria existência, de grupos específicos embasou a delimitação do estudo de tal caso em específico (BOLGOVA & ISTOMIN, 2016; CORNELL, 2002).

O presente trabalho, pois, insere-se na temática dos conflitos separatistas e das formações identitárias característicos do espaço pós-soviético, sendo a Transnístria o estudo de caso específico que se buscará analisar sob uma abordagem identitária. Para tanto, o

primeiro capítulo consistirá em uma revisão bibliográfica de obras selecionadas com o intuito de apresentar o embasamento teórico desta monografia. Aqui, revisarei obras que delimitem debates acerca do protagonismo da construção de identidades na política internacional. No segundo capítulo, proponho-me a revisar e promover o diálogo de obras que ofereçam perspectivas teóricas acerca dos processos de *state-building* e outras que tratem das fragmentações e tensões oriundas do fim da URSS, bem como evidenciem a postura de política externa russa no pós-Guerra Fria.

Finalmente, o terceiro e último capítulo versará acerca da contextualização histórica das raízes do conflito entre Moldávia e Transnístria desde seus antecedentes até a situação presente buscando detectar fenômenos particulares que favoreçam o processo dedutivo. Para tanto serão utilizadas fontes jornalísticas e obras selecionados sobre o caso. A partir desta regressão histórica, buscarei, então, realizar uma análise teoricamente informada acerca dos processos de construção da identidade da Transnístria e da Moldávia sobretudo após o fim da URSS. A partir de todas essas discussões, enfim, tentarei elucidar as vicissitudes envolvidas no conflito identitário aqui analisado.

CAPÍTULO 1 - IDENTIDADE E ESTADO: O LIMITES DA EXISTÊNCIA

Este capítulo tem por objetivo promover um debate entre autores que tratam da relação identidade/Estado a partir de contribuições que advêm de abordagens pós-positivistas das Relações Internacionais, da psicanálise e da linguística. A abordagem que orienta as escolhas teóricas do presente trabalho fundamenta-se, sobretudo, no entendimento de que, conforme bem delimita Janice Mattern (2005), há uma distinção entre as *fontes* e os *fatores* que determinam a ordem mundial. Ambos os elementos, ainda que irreversivelmente relacionados e inseridos em uma lógica de co-constituição, tratam de universos distintos. À medida em que os *fatores* parecem apontar a elementos do âmbito do material -as políticas públicas, a economia, entre outros-, as *fontes* tratam do subjetivo, do âmbito que determina os pilares menos materializados que informam a maneira a partir da qual se formarão os *fatores*. Assim, as contribuições de Benedict Anderson (2006) -as quais serão melhor trabalhadas ao longo deste capítulo- reiteram seu valor ao passo em que as simples práticas estatais deixam de ser entendidas enquanto elementos estruturais e passam a ser concebidas como fruto de construções discursivas que mobilizam elementos que se encontram em outra esfera.

A quebra com a relação racionalista de causalidade entre ação estatal e sistema internacional que é promovida pelas teorias pós-positivistas permitem que as relações sociais -e, portanto, também as estatais- sejam passíveis de uma nova forma de compreensão. A noção de ação racional do Estado, desta forma, é desafiada à medida em que passam a ser considerados processos que se dão a despeito da consciência de um dito sujeito estatal. Tamanha inovação perante as correntes *mainstream* amplamente difundidas em meio ao campo das Relações Internacionais justifica-se dada a insuficiência que as teorias tradicionais têm encontrado em explicar eventos recentes como a guerra ao terror norteamericana, os fenômenos advindos da globalização entre outros. Estes e outros acontecimentos do âmbito das relações internacionais, em grande medida, são abordados sob vieses centrados em análises cujos argumentos se sustentam sobre conceitos cristalizados e referenciais essencialmente quantitativos e materiais. Tal cenário, por sua vez, tolhe a extensão compreensiva que se pode obter de uma determinada ocorrência uma vez que limita as fontes de dados que podem ser mobilizados quando da confecção de um estudo. Abordagens ontologicamente distintas daquelas mais convencionais, portanto, apresentam possibilidades

de promoverem entendimentos diferenciados acerca de fenômenos internacionais (MATTERN, 2005).

A identidade, assim, emana como um conceito alternativo para a compreensão daquilo que se dá em meio ao sistema de Estados. Conforme diz Alexander Wendt (1992), os indivíduos reagem a objetos de acordo com o significado que estes têm em relação àqueles, sendo a identidade -entendimentos e expectativas razoavelmente estáveis que identificam papéis- fundamental na determinação destas interações. O uso da identidade como objeto de análise para a compreensão das Relações Internacionais se justifica, pois, em virtude de seu caráter relacional: é ela [a identidade] sempre compreendida a partir de uma relação estabelecida com um sujeito alheio, externo. Desta maneira, a aplicação de tal conceito ao campo que se ocupa de compreender as formações e as interações estatais é de fundamental importância uma vez que permite justamente uma análise pormenorizada da forma pela qual ocorrem estes mesmos processos ligados ao Estado.

Ademais, enquanto compreendida como unidade conceitual que contém elementos intangíveis vindos do nível da cultura, do discurso, da história, da sociologia e outros, a identidade permite que um extenso universo de componentes seja, a um só tempo, considerados. Desta maneira, o uso da abordagem identitária no estudo do Estado promove uma nova camada de complexidade àquilo que diz respeito à compreensão dos determinantes da ação -e da existência- estatal e da relação interestatal. Neste contexto, os interesses nacionais passam a ser concebidos não mais como imutáveis ou ainda estruturalmente definidos, mas, sim, como fruto de fenômenos imateriais cujas reverberações práticas se dão à medida em que a consciência é constituída por estes. A identidade, pois, oferece possibilidades de desdobramentos analíticos que colocam sob estudo questões antes ignoradas, tomadas como certas e irrefutáveis. Aqui, é notável o papel desempenhado pelos teóricos que se debruçam sobre os estudos identitários no sentido de promover a inflexão de uma análise pautada em um enfoque essencialmente materialista para outro, que considera mais objetivamente as camadas de complexidade que formam a capacidade de agência dos sujeitos (WENDT, 1996).

No contexto das abordagens teóricas que se propõem a considerar a identidade enquanto elemento analítico insere-se o pós-estruturalismo, que se baseia, essencialmente, na

premissa de que nada existe fora do discurso - cuja conceituação será apresentada adiante (DERRIDA, 1995). Porquanto, os autores desta vanguarda consideram que toda formação identitária é um processo discursivo. A característica fundamental que delimita o escopo de entendimento dos pós-estruturalista acerca da identidade -e, por que não, do mundo em si- é, pois, a centralidade do discurso, o que o afasta de demais vertentes como o Construtivismo de Alexander Wendt. O pós-estruturalismo se consolida, assim, como uma proposta ontológica cujo grande instrumento investigativo é o questionamento e a desconstrução que advêm do esforço de compreender processos e eventos sob a égide do discurso. É interessada nas possibilidades analíticas que emanam da indagação epistemológica do pós-estruturalismo que o usarei como orientação teórica para a análise do caso da Transnístria.

Neste estudo, especialmente, partirei da bibliografia pós-estruturalista existente acerca da relação identidade/Estado para conceber a dinâmica desta diáde. Desta maneira, aceitarei, a título de esforço analítico inicial, a orientação teórica atual que se baseia sobretudo nas contribuições de Lacan e Derrida para demonstrar seus ganhos analíticos para o estudo do caso aqui analisado. Contudo, partirei, também, das contribuições de autores que se localizam à margem do pós-estruturalismo a fim de estabelecer um diálogo entre diferentes correntes de pensamento. O uso dos filósofos até aqui destacados como arcabouço teórico que orienta de forma clara os estudos realizados pelos autores aqui considerados - como Lene Hansen (2006) e David Campbell (1992) - evidentemente os leva, como querem Laclau e Mouffe (1985), a considerar as relações de antagonismo como centrais na delimitação das identidades nacionais. Tal relevância se observa, por sua vez, em virtude da capacidade apresentada pela brusca diferenciação de sistematizar os limites entre os muitos signos que revestem a existência humana. Portanto, a fim de demonstrar seus muitos e diversos contributos, -e também porque estão elas inseridas no seio do pós-estruturalismo- dedicarei este estudo a estas visões. Assim, as relações de alteridade na qual estão inseridos os atores estatais será considerada como ferramenta analítica desta monografia.

Sobreposta às elucidações proporcionadas por tais autores, partirei das contribuições de Heather Rae (2002) a fim de demonstrar como o uso de referenciais conceituais pós-estruturalistas permitem que a obra da autora em questão seja aplicada à análise do caso da Transnístria. Ao longo deste esforço, definições caras à abordagem pós-estruturalista nos permitirão (re)interpretar os argumentos centrais de Rae a fim de propor uma nova forma de

identificar os parâmetros que nos permitem acessar a identidade na empiria. Assim, as definições de discurso, de alteridade, de relações intersubjetivas, de identidade, e demais estabelecidas pelos pós-estruturalistas aqui compreendidos serão sobrepostas às concepções de Heather Rae acerca das aproximações entre formações identitárias e formação estatal. Finalmente, dos esforços teóricos indicados, determinaremos que a narrativa histórica que informa as construções nacionais e simbólicas de um Estado são elementos centrais à observação de como as identidades se manifestam empiricamente.

A própria existência do Estado enquanto entidade política revestida de capacidade de ação e formada por um corpo nem sempre homogêneo de cidadãos é um assunto permeado de diversas camadas de complexidade. Em vista da subjetividade de muitos aspectos que permitem a formação estatal, acessar a profundidade daquilo que lhe diz respeito a fim de significá-la é uma tarefa que trata, também, da própria constituição da identidade estatal. Entre os autores que propõem esclarecer tais aspectos destaca-se Lene Hansen (2006), que afirma que a construção de identidades nacionais fundamenta a formulação de políticas públicas na medida em que as relações de aproximação e oposição criadas por tais formações identitárias legitimam determinadas ações tomadas pelos Estados. Este processo constitutivo é, pois, baseado na construção de identidades de agentes externos: é por causa da concepção que se tem do *Outro* que se pode determinar seu próprio *Self* -eu sou eu porque não sou você⁷. Assim, o desempenho deste mesmo indivíduo também será baseado na natureza do significado construído acerca daquilo que é exterior: se antagônico, levará à realização de relações violentas; se semelhante, levará à construção de relações pacíficas e harmoniosas.

À luz das contribuições de Derrida, a autora apresenta a identidade como algo inicialmente construído a partir da ideia da existência de um *Self* opositor: os processos de significação são possibilitados pela concepção daquilo que é oposto. São as relações comparativas pautadas em antagonismos que embasam a construção de significados, pois é a partir da construção do *Outro* que se determina quem se é. A linguagem, dessa maneira, mostra-se como fenômeno que cria e é moldado por esta existência externa e antagônica. É preciso, assim, que haja a construção de dois universos de significados, cada qual resultante da justaposição de diversos elementos socioideológicos que são também fatores constitutivos

⁷ Para maiores entendimentos a respeito, consultar “Introdução à Análise de Discurso”, de Helena Hatshue Brandão.

um do outro, a fim de que seja possível delinear um efeito de significado. Há, portanto, concomitantemente ao processo de significação, um outro, de diferenciação, que expõe a existência de caracteres que revestem um dos polos com um aspecto de superioridade, dando a ele uma posição privilegiada que é dialeticamente construída pela linguagem e dela construtora (HANSEN, 2006).

Nesse sentido, as afirmações de Lene Hansen remontam às contribuições de Laclau e Mouffe (1985) acerca da importância dos antagonismos quando da determinação de identidades sociais. Segundo estes autores, tais antagonismos surgem em virtude da incapacidade dos indivíduos de, em sociedade, constituírem uma identidade comunitária de fato. Há, dirão, sempre uma falha, uma ausência, que impede que uma construção identitária emane de forma precisa e incontestável a nível nacional. A responsabilidade por esta dificuldade é, então, endereçada a um indivíduo externo, o qual passa a ser responsável pela falha da identidade em questão e, por conseguinte, considerado uma possível ameaça. Este ser antagonico passa, pois, a representar o elemento que permite ao corpo social em questão unir-se em torno de uma identidade única que transcenda as possíveis diferenças particulares dos indivíduos que a constituem em prol de garantir a defesa destes face a ameaça externa. É esta *força antagonizante*, portanto, que permite que sejam estabelecidos os limites da identidade, ou seja, até que ponto esta não pode mais ser estabilizada.

Ao teorizar acerca da constituição de políticas públicas sob uma orientação pós-estruturalista, Lene Hansen elenca a língua, enquanto fenômeno social, como ponto de partida da formação de identidades nacionais que embasam o processo de modelagem de políticas no âmbito da sociedade internacional. Ao encarar a linguagem não somente enquanto resultado lexical individual, mas como um corpo social fluido formado por diferentes níveis de significações e subjetividades, Hansen teoriza a língua não apenas como acontecimento social, mas, também, político (HANSEN, 2006). Neste âmbito, a autora se vale dos contributos teóricos da Análise de Discurso (doravante AD), campo que se debruça sobre a Linguística, a psicanálise e o materialismo histórico althusseriano a fim de desvelar as interações sociais sob a égide dos processos de significação constituídos a partir das relações que se estabelecem entre sujeitos discursivos (MUSSALIM, 2008).

À luz das contribuições de Helena Brandão (2006) e Claudemar Fernandes (2007), o discurso pode ser definido, em consonância com a obra de Michel Foucault (2000), enquanto o espaço em que saber e poder se articulam, uma vez que quem fala necessariamente o faz de um determinado lugar e só o faz pois há um direito que legitima tal ação. Trata-se, pois, de um conjunto de diferentes linguagens. Acerca desta concepção, Claudemar Fernandes (2007) destaca, ainda:

Inicialmente, podemos afirmar que discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem texto, nem a fala, mas necessita de elementos lingüísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente lingüística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. Assim, observamos, em diferentes situações de nosso cotidiano, sujeitos em debate e/ou divergência, sujeitos em oposição acerca de um mesmo tema. As posições em contraste revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares. Vemos, portanto, que o discurso não é a língua(gem) em si, mas precisa dela para ter existência material e/ou real. (FERNANDES, 2007, n.p.)

Assim, é possível afirmar que o discurso, ainda que apoiado na formalidade da língua, é externo a esta, uma vez que depende de elementos que estão além da Linguística formal. Feitas tais afirmações, destaca-se uma particularidade do conceito de discurso empregado pela AD: a noção de sentido e efeitos de sentido. Posto o caráter social que envolve e determina o objeto aqui em questão [o discurso] nota-se que o sentido daquilo que se fala não se apega irreduzivelmente àquele previsto formalmente pelo léxico. Há uma construção socioideológica que determina o significado que certo discurso terá em contextos específicos. O sentido do discurso é, pois, fluido, determinado pelas externalidades que, ao constituírem o sujeito discursivo e o público receptor, possibilitam novos processos de (re)significação.

As propostas de Lene Hansen (2006), dessa maneira, inserem-se em uma lógica que encara as identidades enquanto resultados de processos discursivos cujas interpretações permitem salientar a não-naturalidade das construções identitárias. Conforme define Yannis Stravakakis (1999) com base na psicanálise lacaniana, é no universo do simbólico contido na linguagem que os indivíduos buscam meios de assumirem identidades estáveis que lhes permitam se entenderem enquanto sujeitos passíveis de existência e ação. Assim, transcendendo tais entendimentos à análise estatal, pode-se determinar que o Estado necessita do discurso para assumir uma identidade que lhe conceda a estabilidade necessária para atuar enquanto um corpo coeso, provido de interesses e valores. É, pois, apenas em virtude da

construção de uma aparente homogeneidade de processos de significação e entendimentos que um país assumiria a capacidade de agir enquanto tal.

Conforme salientará a tradição lacaniana, ademais, os processos de busca por significado e de conseqüente formação de identidades compreendem, em seu bojo, duas características fundamentais. A primeira delas diz respeito à impossibilidade de se atingir uma verdadeira significação do sujeito -de sua identidade-, fato que se justifica pela incapacidade humana de acessar a realidade de forma plena. Como salienta Lacan, todos os processos de apreensão do mundo real são necessariamente intermediados pelas subjetividades inerentes aos indivíduos. A segunda característica fundamental dos processos de significação e identificação, segundo a vanguarda lacaniana, diz respeito à “ex-centricidade” da subjetividade humana. Ao versar sobre o *estágio do espelho*⁸, Lacan concluirá que toda a concepção do indivíduo acerca de sua unidade será feita a partir de relações alienantes, que encontram no exterior os fundamentos daquilo que virá a definir uma identidade individual. Por isso, para o psicanalista, a subjetividade humana, assim como sua consciência, não está centrada exatamente no indivíduo, mas fora dele, de forma “ex-cêntrica” (STRAVAKAKIS, 1999).

Acerca da presença daquilo que é externo à própria formação da subjetividade do indivíduo, Jacqueline Authier-Revuz (1982) cunha o conceito de *heterogeneidade discursiva*. Segundo a autora, há duas diferentes formas de heterogeneidade: a constitutiva, que diz respeito ao fato de que todo sujeito e todo discurso emana de um encontro de outros discursos existentes em um espaço social; e a mostrada, que versa sobre a explícita presença de um discurso alheio na voz do sujeito (como ocorre em situações de paráfrase, citações diretas entre outros). Somando ao exposto os estudos psicanalíticos de Freud e Lacan, tem-se que, ainda que o falante acredite ser ele o centro do seu universo discursivo, é este atravessado pelo outro, pelo externo que habita o inconsciente do sujeito. A tal entrecruzamento de diferentes discursos dá-se o nome de *interdiscursividade*. O descentramento do sujeito proposto por Authier-Revuz encontra também respaldo em Michel Pêcheux (1999), cujo conceito de esquecimento do sujeito supõe a falácia do sentimento de controle absoluto sobre

⁸ Segundo Lacan, a primeira grande quebra sofrida pela psique humana - cisão definida por Freud nos termos do *Spaltung* - se dá durante a infância no momento em que a criança se enxerga no espelho e, a partir de seu reflexo - externo à sua própria existência -, começa a se entender enquanto um sujeito independente (STRAVAKAKIS, 1999).

o discurso que tem o enunciador. Segundo o autor, há dois tipos de esquecimento: o número 2, que dá ao sujeito a ilusão de que ele tem pleno controle do que diz; e o número 1, que faz com que o sujeito acredite ter controle sobre o sentido do que enuncia. Trata-se, assim, de uma ideia exterior ao falante que encontra neste respaldo para se reproduzir

Nota-se, aqui, uma aproximação com a formação de sujeitos discursivos proposta por Eni Orlandi (2005). Segundo o autor, as interações que se estabelecem entre estes passam do patamar de uma relação de diferenciação pura *-eu x tu-* para um conflitivo *-eu > tu-* (a diferenciação revestida de superioridade) e, finalmente, para outro, de maior complexidade, que engloba subjetividades e elementos externos à significação do *Self*. Neste último cenário a o universo de entendimento acerca dos sujeitos transborda para uma condição na qual são incluídos elementos externos aos indivíduos considerados. O sujeito, assim, é encarado como um ser polifônico, que encerra em si uma infinidade de discursos. O indivíduo não é o foco, suas inter-relações o são. Não se trata, pois, de um ser individualizado, mas de um ser social cuja posição ocupada (sócio, ideológica e historicamente falando) acaba por encerrar diversas vozes em um só discurso. A noção de hegemonia defendida pela chamada Análise de Discurso Crítica é também contemplada à medida em que salienta que esta posição de fala do sujeito dá a ele, ou não, poder para controlar o discurso vigente e manter a hegemonia, o *status* da configuração de poder a partir do estabelecimento de políticas que controlem as forças anti-hegemônicas. Há, assim, uma clara materialidade do discurso que aproximam a formação de identidades –de sujeitos– à construção de práticas sociais -estas são aqui representadas pelas políticas internacionais. Apreende-se, portanto, que, a partir de uma concepção pós-estruturalista, política e identidade são elementos ontologicamente inseparáveis (RAMALHO & RESENDE, 2006).

Posta a discussão acerca da hegemonia gerada e sustentada pelos processos de formação dos sujeitos discursivos, a ideia de segurança nacional, segundo Hansen (2006), irrompe como um conceito basilar para que se entenda os processos de legitimação de poder e de uso do mesmo. A formação da chamada identidade nacional dá-se sobre uma divisão clara entre o que é doméstico e o que é internacional: enquanto internamente há uma determinada lógica discursiva que parece reger a sociedade (noções de democracia, de pertencimento entre outras possibilidades), há uma formação discursiva diferente para retratar o externo. As ideias da anarquia do sistema, da soberania nacional e demais, corroboram uma significação

negativa do estrangeiro, que é retratado como uma ameaça que, dada sua extensão, é de ordem nacional. Daí o discurso da legitimação do uso da força pelo Estado. A problemática, porém, dá-se – ou, ainda, agrava-se – à medida em que se extrapola o conceito de segurança para além dos limites militares. Ao conceder a um grupo específico o poder de zelar pela segurança de uma nação, abre-se espaço para que surjam os chamados “interesses nacionais”. Estes, dirão os detentores do poder, devem também ser controlados, criando, assim, uma rede nebulosa de possibilidades de temas que passam a ser passíveis de controle dada a lógica securitária (HANSEN, 2006).

Aqui é interessante salientar que a construção do *Outro*, a qual viabiliza e integra a construção do próprio *Self*, não se encontra necessariamente limitada a aspectos geográficos, podendo a temporalidade, o receio pela repetição de um evento passado ou a volta de um contexto superado, ser o ponto de referência para que se construa essa imagem de oposição. Ao se valer do exemplo do Kosovo, Lene Hansen (2006) demonstra como o medo de uma nova ameaça ao Ocidente -aos moldes do que ocorrera durante a Guerra Fria- é elemento constitutivo do sujeito discursivo representado pelos EUA em meio ao contexto colocado. A visão dos Balcãs enquanto grande antagonista a ser combatido não se dá, pois, por simples delimitação geográfica, mas, também, pelo arcabouço socioideológico e histórico que reveste a formação da própria identidade do Kosovo no bojo das comunidades ocidentais (HANSEN, 2006).

A determinação de uma identidade nacional reside, pois, entre outros, no esforço envolvido no processo de significar o que é externo. Tal esforço é tão pequeno quanto o mais fluido e inconsistente é a identidade deste último, uma vez que a falta de uma imagem sólida -do outro e de si- está intimamente ligada à margem de manobra para criar narrativas relacionadas aos atores envolvidos. O Estado, neste contexto, desempenha um papel importante na construção da imagem que um país terá de si mesmo e que outros terão dele na arena internacional. Este conceito é sugerido por Yannis Stravakakis (1999) na medida em que o autor afirma que a segurança ontológica proporcionada pelo aparato estatal garante a criação de uma unidade nacional. A busca social e humana por uma significação leva a sociedade a admitir rótulos que lhe permitam pertencer a um grupo, a um significante - como o cidadão do país A ou B. Uma vez admitido como um *corpus* homogêneo, o corpo social que

forma o Estado reveste-se com uma identidade sólida, que influenciará as decisões a serem tomadas nos níveis interno e externo.

Tal qual atesta a discussão demonstrada, David Campbell (1992) teoriza que é a identidade nacional: (i) performática, uma vez que não há identidade alguma fora de uma lógica discursiva, e (ii) essencial, uma vez que é ela que garante a representação máxima das impressões e interesses da(s) comunidade(s) imaginária(s) que compõe(m) um país. Porquanto, há um explícito diálogo estabelecido por Campbell (1992) com os pressupostos de Benedict Anderson (2008) acerca das noções de nacionalismo. Segundo Anderson (2008), diferentemente daquilo que parece prevalecer no senso comum da sociedade, as nações não são existências ancestrais, mas, sim, frutos de uma série de fatores não tão remotos historicamente. O que este estudioso apresenta, pois, é uma argumentação que trata o sentimento de nacionalidade enquanto um produto de dinâmicas tão subjetivas como a cultura. Assim, a própria noção da existência daquilo que se convencionou chamar nação é, sobretudo, algo que pertence ao universo do simbólico e que se materializa em ações de caráter nacional.

Desta maneira, a formação das chamadas *comunidades imaginadas* mostra-se fundamental ao nacionalismo à medida em que permite que numerosos contingentes de indivíduos, cada qual com suas particularidades, reconheçam-se e aproximem-se ontologicamente a partir de um orientador único: a nação. Trata-se, assim, de imaginar -e aceitar- que esta unidade se verifica mesmo em níveis que transcendem a realidade e os grupos sociais que efetivamente são conhecidos por cada indivíduo do corpo nacional. O âmbito do subjetivo, aqui, mostra-se mais uma vez imprescindível pois é dele que emanam os elementos que permitem que se observe esta orquestração em torno da aceitação da existência de uma nação, do pertencimento a esta e da devoção à mesma (ANDERSON, 2008). Ao nível identitário, as contribuições de Anderson (2008), quando somadas às de Stravakakis (1999), parecem sustentar o fato de que o sentimento de compor um corpo nacional age, em meio aos indivíduos, como uma forma de busca pela apreensão de uma identidade estável. Já sob a lógica de Campbell (1992), tais definições podem ser pensadas no sentido contrário: é o pertencer à nação que permite a criação de uma unidade identitária que viabiliza o Estado ao passo em que é por este também constituída.

A dificuldade, em parte, consiste na tendência inconsciente que as pessoas têm de hipostasiar a existência do nacionalismo-com-N-maiúsculo (como se alguém pudesse ter uma Idade-com-I-maiúsculo) e, então, de classificá-lo” como *uma* ideologia. (Nota-se que se todo têm uma certa idade, a Idade é apenas uma expressão analítica). Penso que valeria a pena tratar tal conceito do mesmo modo que se trata o “parentesco” e a “religião”, em vez de colocá-lo ao lado do “liberalismo” ou do “fascismo”. Assim, dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada - e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana. (ANDERSON, 2008, p.31-32, grifos do autor).

Neste contexto de cocriação, David Campbell (1992) salienta que a noção de perigo é fundamental na determinação das identidades nacionais. Segundo o autor, a mera existência de outras possibilidades de existência (encerradas em outras construções identitárias -um Estado A, por exemplo) é suficiente para que a identidade do Estado B seja ameaçada. Assim, o externo, o alheio, é novamente tomado como ponto fulcral na construção das identidades -agora nacionais. Assim, argumenta que o próprio dilema de busca infinda por segurança nacional no qual se inserem os Estados nação é a base para que estes possam existir enquanto tal. Segundo o autor, a construção de uma identidade nacional una e coesa, que vigore a despeito das próprias diferenças sociais e culturais inerentes ao corpo estatal, é permitida pela incessante busca pela proteção contra o *Outro*, o externo. Este, estabelecido em um contexto de anarquia, reveste-se imediatamente de uma roupagem perigosa, que pode ser agudizada a uma situação de ameaça latente por meio da mobilização de elementos discursivos que atribuam ao alienígena uma existência que deve ser combatida pelo bem da própria manutenção do Estado enquanto entidade real. Assim, Campbell (1992) demonstra a necessidade não apenas da figura do *Outro* - irrevogavelmente fruto de uma construção prévia -, mas, também, de sua securitização enquanto elemento fundamental à solidificação de uma identidade nacional tal que permita a determinado Estado existir. Desta maneira, o autor elucida o debate acerca da busca pela segurança ontológica que guia tanto o posicionamento externo de Estados quanto as atitudes dos indivíduos que os constituem.

Ainda acerca da ontologia do Estado, a qual, dirá Campbell (1992), não tem *status* algum fora das práticas que a constituem, o autor salienta que os Estados nacionais são entidades irrevogavelmente paradoxais uma vez que, ao passo em que inegavelmente existem, não possuem elementos pré-discursivos e identidades estáveis. Conforme demonstra Benedict Anderson (2008), a formação das comunidades imaginadas é essencial pois as mesmas

auxiliam a sustentação da ideia de nação que se socializa. Assim, não se pode tratar de entidades estatais em um contexto de inexistência das práticas e das subjetividades que corroboram a existência das comunidades políticas previstas pelo autor.

Desta maneira, o Estado deve se manter em constante processo de representação dos elementos discursivos que lhe permitem sustentar sua performance de estabilidade identitária. Portanto, pode-se dizer que o ente estatal nunca está de fato completo, finalizado, mas está, sim, em eterno estado de devir, uma vez que tudo aquilo que se entende enquanto Estado é, na realidade, forjado e imaginado a partir de subjetividades. Tem-se, assim, que as práticas de afirmação da identidade nacional são necessárias à própria sobrevivência estatal à medida em que impedem que se revele a insuficiência ontológica do Estado quando compreendido de forma alheia às práticas e aos discursos⁹ que favorecem a estabilização da identidade nacional (CAMPBELL, 1992).

Neste contexto, para além de uma performance, Campbell (1992) compreenderá a identidade nacional enquanto uma condição. O autor chega a tal conclusão a partir da compreensão de que o sentido, o significado da identidade se dá a partir da relação que se estabelece com a diferença. Esta, por sua vez, é informada por uma série de fatores cujas complexidades inferem na construção de identidades que se afastam de uma existência monolítica e assumem diversas camadas de compreensão. Aplicando tais concepções à esfera da política externa, o autor perceberá a recorrente somatória entre a identificação a partir da diferença e o rebaixamento moral e ético do externo. Desta maneira, nota-se um esforço incessante de não somente representar o *Outro* como inferior, mas, também, de se localizar o *Self* em um patamar existencialmente superior. A aproximação entre o diferente e o bárbaro, assim, é conduzida de diversas formas e encontra na mídia uma grande fonte de dispersão, sendo o chamado *discurso sócio-médico*¹⁰ a forma mais comumente utilizada para reiterar tais concepções supremacistas. Uma vez estabelecidos no seio dos determinantes de política externa, o tipo de pensamento e de atitude aqui representados demonstram como, a fim de manter sua condição de estabilidade identitária e motivado pela ameaça da diferença, o Estado

⁹ Campbell (1998) compreende tais formas de estabilização sobretudo como relativas ao âmbito securitário, sendo a busca pela segurança nacional uma grande forma de garantia da existência estatal.

¹⁰ Compreendido como um discurso que aproxima o diferente de condições degradantes do ponto de vista médico. Assim, há uma insistente representação do *Outro* como doente, contaminado etc (CAMPBELL, 1992).

lida com a esfera exterior¹¹. A sustentação da performance da estabilidade, assim, mostra-se, sobretudo na lógica ocidental, historicamente próxima da subjugação do *Outro* (CAMPBELL, 1992).

À luz daquilo que se discutiu até o momento, Heather Rae (2002) afirmará que todo *state-builder*¹², a fim de garantir seu direito de governar, deve construir: (i) uma comunidade política unificada -sob uma mesma identidade- dentro dos limites territoriais do Estado e (ii) a imagem do governante enquanto representativa deste corpo social. O Estado, assim, necessita do subjetivo para existir uma vez que é somente a partir deste que pode ele tomar forma. Conforme salientado por Michael Walzer (1967, p.194), “[...] o Estado é invisível; ele deve ser personificado antes que possa ser visto, simbolizado antes que possa ser amado, imaginado antes que possa ser concebido”.

Acerca do exposto, Rae (2002) salienta que os governantes, ao lançarem mão de processos de construção estatal, buscam consolidar o Estado enquanto uma ordem normativa, ou seja, enquanto uma existência que supera o mero estatuto material que emana das instituições. Os métodos usados pelas elites para promover este processo baseiam-se amplamente no estabelecimento de relações de alteridade. Estas transcendem a mera noção de diferença à medida em que revestem o externo com noções de moralidade e o tomam enquanto fator constitutivo do próprio sujeito que se estabelece no outro extremo do espectro. Dois indivíduos A e B, assim, entendem-se enquanto opostos e se significam a partir do entendimento de que há uma superioridade de um sobre o outro -noção cujo referencial se altera conforme muda-se o ator do qual emana a mesma- e de que um “é” em função do “não ser” do outro -se é A pois não se é B e vice versa.

Portanto, conclui-se que a construção da ordem normativa do Estado relaciona-se à necessidade de estabelecimento de processos de identificação que corroboram a criação de uma comunidade política que se entende unificada face ao externo. Neste contexto, são reiterados, em Rae (2002), os conceitos de Campbell (1992) e Anderson (2008) de que a

¹¹ Os mesmos conceitos também são válidos para grupos domésticos que não sigam a lógica discursiva perpetrada pelo Estado, mas, a título de análise da política externa e do Estado inserido em um cenário global, tratar-se-á, por hora, da observação dos mesmos no âmbito das relações interestatais (CAMPBELL, 1992).

¹² Aquele que promove o processo de *statebuilding*, o qual se pode definir como a capacidade de construir ou reconstruir as instituições que garantem segurança física e econômica a seus cidadãos (CHANDLER, 2006).

existência estatal necessita de uma força motriz que oriente a construção de uma identidade artificialmente una que se forma com base em relações de alteridade que revestem o externo de uma roupagem que flerta com ideias depreciativas e moralmente inferiores.

A identidade nacional segundo Heather Rae (2002), contudo, não se limita ao âmbito internacional - que diz respeito à identidade social-, que considera apenas os processos de diferenciação para com o externo. Segundo a autora, a identidade do Estado não existe se compreendida sem que o escopo doméstico -fonte da identidade corporativa- seja incluído na análise. Assim, considera-se que o caráter identitário que reveste o Estado na seara externa em certa medida constrói e é construído pelo âmbito interno. Tal afirmação é salientada por Stravakakis (1999) e Hansen (2006), que definem que a própria alteridade que informa a relação entre dois sujeitos já é, por si só, um elemento constitutivo de ambos. Ou seja, a própria noção de diferenciação é uma fonte de significado que colabora para a formação das identidades em questão. Se nos diferenciamos daquilo que nos é alheio em vista daquilo que nos constitui, então nosso próprio entendimento do externo já estabelece, por si só, uma relação constitutiva entre o que somos e o que não somos. Há, assim, uma relação dialética entre as identidades corporativa e social.

Tal conceituação, contudo, aprofunda o grau de complexidade envolvido na formação identitária estatal, uma vez que ambas as esferas aqui consideradas [doméstica e internacional] dependem de processos de legitimação que por vezes se anulam. O embate aqui tratado justifica-se, pois, sobre o fato de que as medidas levadas a cabo pelas elites no interior das fronteiras nacionais não necessariamente são ações aceitáveis pelas normas morais que imperam na anarquia do sistema de Estados soberanos e vice-versa. Consideremos que, domesticamente, cabe às elites definirem as leis que nortearão o cotidiano dos cidadãos; em âmbito internacional, esta capacidade normativa não se observa, uma vez que o aspecto soberano dos Estados é inquestionável. Ademais, o próprio teor das normas implementadas pode ir de encontro àquilo que se considera válido pela comunidade internacional, o que dificulta ainda mais a legitimação do Estado (RAE, 2002).

Ao tratar dos processos de homogeneização dos povos, Rae bem demonstra que em casos de limpezas étnicas, por exemplo, as atitudes tomadas pelo corpo estatal demonstram validade em um cenário interno, mas são colocadas em xeque internacionalmente. É o que se

pode apreender de casos como o da antiga Iugoslávia e a limpeza étnica pela qual a mesma passou. A exterminação de minorias de diversas etnias, neste cenário, bem representa o embate entre a legitimidade das ações estatais em âmbito doméstico e a aceitação das mesmas em escopo mais alargado. Ao passo em que a perseguição a bósnios, alemães e outros por parte dos sérvios era permitida e incentivada pelo Estado, a sociedade internacional condenou tais práticas a despeito da ação estatal soberana de perpetuá-las (RAE, 2002).

Ainda que considere a existência de duas fontes da identidade estatal, -a corporativa e a social-, Heather Rae (2002), à luz das contribuições de Michael Walzer (1967), afirma que, para que o processo de *state-building* seja viabilizado e bem sucedido, é preciso que haja a construção de uma unidade que contemple ambas as esferas aqui tratadas e supere, assim, a cisão entre elas. Tal processo, pois, é baseado em simbolizações e surte efeito prático à medida em que aproxima as esferas doméstica e internacional sob a égide da busca pela soberania estatal. Assim, é o desejo por esta que articula as posturas e as intenções relativas aos âmbitos da ação interna e externa, os quais se conciliam ao passo em que construções subjetivas propiciam o encontro deles. Desta maneira, é dever -e interesse- do Estado incorrer em processos que viabilizem a construção de uma identidade unificada que lhe permita existir enquanto soberano em meio à sociedade global.

Neste contexto, os esforços aplicados pelo ente estatal na busca pela identidade que lhe viabilize sua soberania serão sobretudo voltados ao manuseio do repertório cultural existente. Aqui compreendida enquanto produto de práticas e experiências vividas pelos atores, a cultura é, pois, o elemento que molda as expectativas e identidades que informam a existência dos atores. Assim, a forma pela qual estes buscam realizar seus objetivos é, sobretudo, uma consequência cultural. Tais afirmações, contudo, não inferem a constatação de que a instrumentalização dos elementos culturais é feita de forma totalmente deliberada: há um fator ontológico que delimita as fronteiras daquilo que se pode eleger como elemento cultural a ser manuseado. Portanto, as próprias bases sobre as quais se constrói a identidade nacional são determinadas por outros fatores que não apenas a escolha racional. Forma-se, então, uma amálgama de elementos diversos que leva Pierre Bourdieu (1990) a concluir que a fonte dos processos de articulação da cultura que permeiam a formação das identidades é, na verdade, a relação que se estabelece na forma das instituições, da história objetificada, e o *habitus*. Este é conceituado por Roger Brubaker (1994, p.758) como “[...] o sistema de

disposições internalizadas que media as estruturas sociais e a atividade prática, sendo moldado pelas primeiras e regulando a segunda.”

Há, na formação identitária, portanto, uma sobreposição entre consciente e inconsciente. Desta, advém uma relação que cria uma espécie de amálgama entre os universos da materialidade e da subjetividade. Tem-se, desta forma, que a identidade nacional é imaginada a partir de noções históricas e culturais compartilhadas entre os integrantes do grupo social que a formam. A identidade, logo, não é algo inventado, criado, mas, sim, construído a partir de referenciais que são discursivamente apresentados e internalizados como fator de aproximação entre os sujeitos em questão (HANSEN, 2006; RAE, 2002).

Acerca dos referenciais histórico-culturais que informam a formação das identidades nacionais, é importante salientar que, dada a capacidade de ação racional inerente à mobilização dos mesmos, alguns regimes políticos favorecem, deliberadamente, a sublimação de elementos específicos. A partir de uma análise histórica, é possível notar que diversas vezes esta instrumentalização dos aspectos imateriais disponíveis leva à agudização de conflitos entre o doméstico e o internacional. Neste ínterim, pode-se, inclusive, afirmar que tais processos podem se estender de tal forma que corroborem ressignificações que reorientem a própria identidade até então aceita. A construção de identidades essencialmente baseadas sobre aspectos étnicos é um bom exemplo do aprofundamento do caráter de oposição que se estabelece entre um Estado e os demais integrantes da sociedade internacional (RAE, 2002).

Heather Rae (2002), assim, parte do princípio de que é o processo de *state-building* superior ao de *nation-building*¹³ uma vez que é graças ao primeiro que os elementos imateriais dos quais depende o segundo adquirem reverberações na ação estatal material. Desta maneira, é de crucial importância que os Estados dediquem maiores esforços àquilo que diz respeito ao dado processo de formação estatal. Neste contexto, a atenção à construção de identidades estatais - aqui também compreendidas enquanto fluidas e mutáveis, não estáticas e dadas - é crucial pois é a partir dela que se pode propiciar um sentimento de união e coesão nacional tal que as diferenças que permeiam a diversa sociedade nacional deem espaço à constituição de um grupo homogêneo, que represente de forma direta seu país e se sinta por este representada.

¹³ Processo que se baseia tanto em eventos histórico-sociais quanto fatores rão normativos quanto a formação de instituições nacionais (HIPPLER, 2004).

É, pois, a partir desta lógica que emana a importância das relações de alteridade para a existência de um Estado: é a partir de uma diferenciação cada vez mais agudizada entre este e o que lhe é externo que se legitimam ações afirmativas que apontem à estruturação de uma homogeneidade estatal muitas vezes artificial.

Da sobreposição do exposto, portanto, podemos concluir que as identidades nacionais são elementares na construção de um senso de nacionalidade e de nacionalismo que permite a existência de um corpo - social, político e ideacional - que se faz indispensável às estratégias de formação do Estado. Neste contexto, a abrangência do discurso e a dialética oposicionista que permeiam os processos de identificação nacional tornam-se centrais no entendimento os mesmos. A relação existente entre o campo ideacional e material do Estado, assim, faz-se explícita e informa a própria ação do mesmo, o que nos permite admitir que a construção das narrativas históricas nas quais se constroem as identidades nacionais são elementares para que sejam estas desveladas.

CAPÍTULO 2 - UMA BREVE HISTÓRIA RUSSO/SOVIÉTICA DO PODER NA EURÁSIA: DO IMPÉRIO AO SÉCULO XXI

O espaço pós-soviético distingue-se de demais regiões por uma série de fatores. O primeiro e mais pronunciado deles é a quantidade de conflitos separatistas que se espalharam por todo o território após a dissolução da URSS. A descontinuidade entre Estado e população, neste contexto, mostra-se agudizada e revestida de uma carga ideológica que, em geral, aponta para a construção de um cenário de grandes impasses e incertezas. A insolubilidade de muitos dos litígios que se perpetuam há décadas, por sua vez, modifica a dinâmica política, social, cultural, militar e econômica da Eurásia. A reconhecida centralidade desta, assim, justifica a relevância de esforços que se direcionem a uma tentativa de normalização do contexto regional aqui abordado.

Ademais, quando analisamos o cenário resultante dos anos de domínio soviético, deparamo-nos com um panorama cujas camadas de complexidade fazem do socialismo uma característica demasiado superficial para tratar da União Soviética. A forma pela qual esta conseguiu forjar consensos em meio a um emaranhado de etnias e nacionalidades é, até hoje, fonte de contextos conflitivos que influenciam em grande escala a vida de inúmeras pessoas e Estados. Assim, a própria definição de Estado que hoje impera no debate ocidental é contestada pelas estruturas de poder criadas no seio das políticas soviéticas, o que nos demonstra a necessidade de melhor compreender a realidade sobre a qual se formariam as entidades políticas particulares que se inserem no espaço pós-soviético.

Neste ínterim, a fim de que possamos tecer análises mais aprofundadas acerca das questões que se colocam no espaço pós-soviético, é preciso que nos concentremos no estudo das bases sobre as quais se sustentam estes conflitos. Dessa maneira, ao longo deste capítulo, buscarei discutir as peculiaridades políticas e sociais que caracterizam a região outrora controlada pela URSS para enfim, analisar os efeitos gerais destas sobre os povos e Estados do local. Em um primeiro momento, retornarei ao Império Russo a fim de compreender as dinâmicas sobre as quais se arquitetou a Revolução Russa, que findaria o regime *czarista* e formalizaria a formação da União Soviética. A seguir, dedicar-me-ei a uma breve contextualização histórica das políticas implementadas pelos grandes líderes da URSS em relação à diversidade dos povos que se reuniam sob a égide do comunismo bolchevique.

Finalmente, finalizarei este capítulo com uma última seção voltada à análise e à descrição dos efeitos mais gerais do fim das políticas nacionalistas soviéticas em virtude da dissolução da formação política aqui evidenciada.

2.1 Rússia: do Império à Revolução

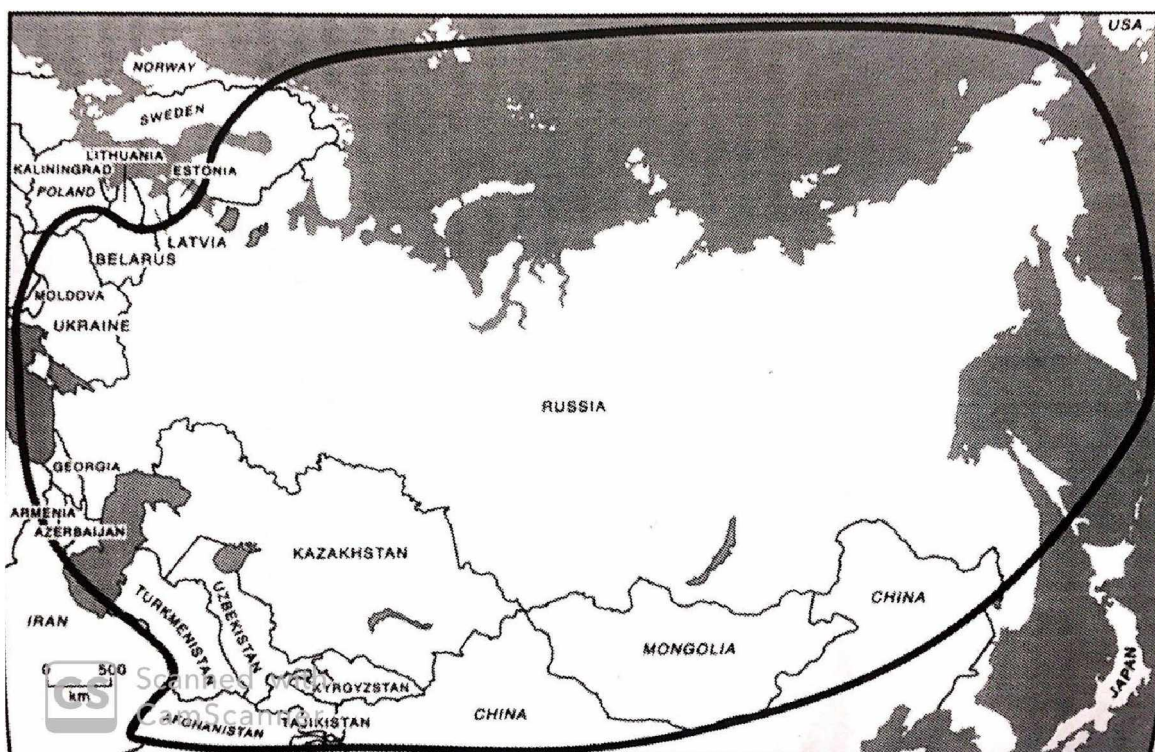
Dado o próprio processo de formação da URSS, o espaço pós-soviético conta com um histórico irrevogavelmente ligado à história da Rússia, cujas raízes remontam, por sua vez, ao *czarismo* do período imperial, que surge no século XV em virtude da luta contra os mongóis. Conhecido por sua ampla extensão territorial, o Império Russo, como muitas formações políticas similares, pautava-se não somente em domínios geográfico de amplo alcance, mas, também, por sua dificuldade de lidar com as muitas comunidades políticas e étnicas que se inseriam neste contexto de dominação. Desde muito cedo imperava uma concepção de que a grande identidade russa, vinda dos fundamentos ideacionais grão-russos, era, por questões divinas e naturais, superiores e deviam governar sobre as demais, às quais restaria resignação. Entrementes, todos os elementos culturais propriamente russos eram impostos a despeito das diferentes tradições sustentadas pelos muitos povos que formavam o Império Russo (REIS FILHO, 1983).

A língua russa, o Cristianismo Ortodoxo e demais elementos, assim, eram sistematicamente fortalecidos pelas estruturas de poder. É, contudo, em 1881 que têm início políticas de russificação cultural e demográfica ainda mais agudizadas ao longo de todo o território. De acordo com esta nova postura tomada pelo governo central, todas as expressões de ensino, educação, religião, entre outras, deveriam ser realizadas estritamente sob o léxico russo. Ademais, regulamentou-se que o acesso ao funcionalismo público, que contava com cargos de alto *status* social e alta remuneração, seria limitado àqueles que estivessem inseridos em uma dita “identidade russa” (percebida esta enquanto um alinhamento às representações culturais e linguísticas do império). Tal decisão, porém, suscitará uma série de pequenos levantes e descontentamentos sobretudo em localidades nomeadamente mais afastadas do arcabouço simbólico russo, como os Estados Bálticos (REIS FILHO, 1983).

Outra característica notável do Império Russo é sua evolução histórica que foge aos modelos ocidentais, mas que neles se inspira em certa medida. Ao contrário de grandes reinos

como o da França, o da Grã-Bretanha e outros, a Rússia não passara por um período feudal predecessor ao estabelecimento do absolutismo *czarista*. A centralização do poder, ao contrário, parece ter se dado de forma precoce no Império Russo, o que levaria ao estabelecimento de uma forma única de estruturação política neste contexto. Uma das mais emblemáticas características russas, neste ínterim, é a forma pela qual a nobreza se organizava em meio a um governo centralizado e despótico. Diferentemente daquilo que se encontrava em demais localidades, na Rússia, a nobreza não era determinada geograficamente pela posse de terras determinadas, mas, sim através de linhagens familiares. Tais peculiaridades corroborariam a formação de um Estado no qual os nobres não gozariam de tanta autonomia quanto os senhores feudais em seus feudos ou os duques em seus ducados. Na Rússia *czarista*, a nobreza apenas mantinha seu título mediante a prestação de serviços satisfatórios à Coroa. É neste contexto que se organiza a chamada *service nobility*, uma nobreza que deveria ocupar os territórios definidos pelo *czar* a fim de administrá-los sob a égide dos mandos do monarca. Havia, assim, um caráter estritamente servil na relação estabelecida entre nobres e governante (GREENFELD, 1993; REIS FILHO, 1983)

Mapa 1 - Extensão Territorial do Império Russo.



Fonte: (SMITH, 2002)

A organização das relações entre nobres e *czar* gerava grande senso de insegurança e ansiedade nos primeiros, que se viam sob a constante ameaça de terem seus títulos retirados. Esta aflição latente seria ainda mais agravada em virtude da forma pela qual a Rússia expandiu suas fronteiras ao longo dos séculos XV e XVI. Sobretudo sob o governo de Ivan IV -cuja alcunha de *Ivan, o Terrível* dispensa maiores caracterizações acerca de suas aspirações expansionistas-, muitos principados que viriam a constituir a Rússia foram incorporados. O rápido e substantivo crescimento territorial que ocorria, porém, limitava a capacidade da corte do *czar* de absorver os nobres, que eram enviados para territórios cada vez mais distantes para cumprir os mandos reais. Estes membros da elite que eram destinados a outras localidades, porém, eram mantidos sob tutela direta do imperador e não tinham condições de sobreviver sem ele, o que causava grande sentimento de inação e impotência entre esta nobreza deslocada (GREENFELD, 1993; SMITH, 2002).

Ainda que a somatória dos descontentamentos de povos não-russos e *nobility service* determinassem certa dificuldade à construção de uma comunidade imaginada que prescindiria a formação de um forte e soberano Estado Russo, este, na verdade, apresenta um processo construtivo que permitiria a formação de um forte nacionalismo. Segundo Liah Greenfeld (1992), a empreitada nacionalista russa teve sucesso à despeito do cenário aparentemente desfavorável graças a dois nomes: Pedro I (1689-1725) e Catarina II (1761-1796), ambos usualmente conhecidos pela mesma alcunha de *o/a Grande*. O primeiro, dirá a autora, foi bem-sucedido ao alterar as relações de fidelidade entre súditos e império, conseguindo fazer com que sua própria figura passasse a ser amalgamada com a figura da nação. Neste ínterim, o poder deixava de ser essencialmente pessoal para dar espaço a relações de lealdade que agora se voltavam a uma forte nação da qual começava a emanar uma sensação de união que aproximava a todos. Catarina, por outro lado, avança neste processo à medida em que melhor trabalha a noção da Nação Russa propriamente dita, fazendo com que seus cidadãos tivessem ainda mais orgulho em pertencer a esta entidade política e levando demais atores, como a França, a reconhecerem a Rússia enquanto uma grande nação. Catarina II (1761-1796) consegue criar as bases de uma sensação de proximidade ideacional entre seus súditos, fato que se dá, primordialmente, pelo discurso que torna a nação russa inseparável das suas raízes étnicas eslavas conforme a própria monarca, Catarina II (1785), afirma:

Os ancestrais dos Russos, os Eslavos, cujo nome deriva de seus feitos gloriosos (da glória-eslava), onde quer que suas mãos vitoriosas alcançavam, deixavam seus

traços em cidades por eles fundadas e adornadas por nomes do idioma Eslavo. (apud GREENFELD, 1993, p.203, tradução minha).

Sob seu governo, Pedro I (1689-1725) debruçou-se no estudo e na observação do Ocidente, sua grande fonte de inspiração. Almejando o progresso ocidental, o *czar* iniciou um processo nacionalizante que contou com a importação de uma série de conceitos e conhecimentos técnicos da Europa, dentre os quais se destacam os modelos de organização militar. A sucessiva entrada da influência externa -e nomeadamente europeia- reestruturou, de certa maneira, a forma através da qual os membros da elite se relacionavam. Dado o diferente contexto político e organizacional em que se inseria o Ocidente, o relacionamento inter e intraclasse era pautado em dinâmicas avessas àquelas vistas no Império Russo. A própria organização militar europeia, por exemplo, suscitava a maior autonomia e o maior poder dos quais gozavam os nobres ocidentais, o que não se podia reproduzir no cenário constituído sob o *czarismo*. Assim, as contribuições externas trazidas por Pedro contribuíram para a modernização do Estado e para uma ressignificação do papel deste e de suas relações com seus membros (GREENFELD, 1993; RIASANOVSKY, 1976).

Para além das contribuições de Pedro I (1689-1725), Catarina II (1761-1796) incorreria em modificações na própria consciência da comunidade russa. Também norteadas por grandes expoentes do pensamento político europeu, a monarca desempenhou um papel fundamental na aceleração da revolução subjetiva, já desenhada por seu antecessor, sobretudo através do estímulo à educação -a qual fora aprimorada na Rússia e passara por um período de incentivo à educação no exterior-, ao uso de modernas legislaturas entre outros. Neste ínterim, há, também, esforços da imperatriz voltados à reestruturação da nobreza com vistas a, fundamentalmente: (i) melhor determinar de que consiste esta classe, quais grupos podem ser chamados nobres e por que, contribuindo, assim, com uma melhor delimitação das atribuições típicas da nobreza; e (ii) revesti-la [a nobreza] de uma nova roupagem de força, distinção e honra que a afastasse da insegurança e importância que lhes eram características até então (DUKES, 1967; GREENFELD, 1993).

Desta maneira, percebe-se que, ainda que distintos, os governos de Pedro I (1689-1725) e Catarina II (1761-1796) complementam-se conforme determina o poeta M.M.Kheraskov [1961] em: "Pedro deu aos Russos um corpo [...] e Catarina, almas" (apud GREENFELD, 1993, p.213). Os esforços nacionalizantes de ambos, contudo, iriam se

sobrepor e surtir efeito na nobreza à medida em que instigavam pensamentos acerca da identidade da mesma e, também, do próprio Estado Russo. A comum concepção do nobre enquanto membro de uma classe que é sistematicamente humilhada e instrumentalizada pelo *czar* passa a ser questionada pelos anseios pela autonomia aos moldes ocidentais que começavam a se fortalecer em meio à nobreza. Neste ínterim, a ideia de nacionalismo, e de nação, passam a representar uma alternativa que fugia à precária existência da qual sofriam as elites e apontava a uma nova realidade, honrada, em que os nobres serviriam um Estado forte em nome de uma nação. Assim, uma identidade nacionalista começaria a suplantar a frágil identidade da nobreza (DUKES, 1967).

As consequências das contribuições de Pedro I (1689-1725) e Catarina II (1761-1796), assim, podem ter seu valor mais bem analisado a partir de uma abordagem que trate do sucesso das mesmas em corroborar uma identidade nacional no Império Russo. A valorização da etnia eslava, da língua russa, do Cristianismo Ortodoxo, e demais fatores que salientam a russificação promovida ao longo do período aqui abordado explicitam tentativas de unificação da população agudizada sob o domínio dos monarcas. Tais esforços corroborariam a criação de uma grande *comunidade imaginada* que, de acordo com o que propõe Benedict Anderson (2008), aglutinaria os indivíduos em torno de uma sensação de pertencimento em comum. Assim, a recorrente depredação daquilo que se concebia enquanto povos não-russos vai ao encontro dos esforços de homogeneização social que, segundo Heather Rae (2002), situam-se no seio dos processos de *state-building*. Portanto, as medidas tomadas pelos déspotas aqui analisados permitiram que o Império Russo assumisse um novo patamar de organização e de poder pois todas elas contribuíram para que fosse construída uma identidade russa. Esta, por sua vez, é fortalecida ao passo em que se salienta a alteridade estabelecida para com os não-russos: conforme se perpetua a russificação do império, acentua-se aquilo que se entende enquanto um *Self* russo. Portanto, é a partir desta identidade que se constrói a partir de símbolos típicos da Rússia que é fomentado o sentimento de nacionalismo tratado por Liah Greenfeld (1993).

Ainda que o nacionalismo comece a se esboçar na Rússia após o período dos déspotas aqui tratados, não podemos nos furtar à noção de que tal processo se dá ainda sob um regime despótico e centralista. O culto à figura do *czar* enquanto um ser semidivino não é superado, nem tampouco cessam as políticas supremacistas que favorecem os russos, e os

“russificados”, em detrimento dos povos de demais etnias. Estas, é importante salientar, tampouco poderiam ser cessadas uma vez que são elas essenciais à manutenção da identidade russa aos moldes então cunhados. Tais posturas em relação aos grupos não-russos seriam ainda mais agravadas principalmente no século XIX, momento em que o processo de formação da burguesia urbana se intensifica e se direciona a espaços ocupados por estas comunidades particulares. Em virtude das políticas de favorecimento de grupos russos, pois, os não-russos eram levados a se deslocarem em vista da tomada de posse das terras pelas mãos da incipiente burguesia. Há, neste contexto, a conformação de um império que determina seu domínio não somente pela coerção -nomeadamente perpetrada pela burocracia militarizada e violenta que se forma na Rússia-, mas, também, pela sustentação de um arcabouço socioideológico nacional que leva ao conformismo muitos dos povos que com esta sofrem (REIS FILHO, 1983).

Neste ínterim, poucas são as estruturas e as instituições que fazem frente ao poder do *czar*, representando um limite aos mandos deste. Estas são sobretudo datadas do século XIX, momento em que, após as reformas realizadas por Catarina II (1761-1796), a nobreza passa a se organizar e goza de maior articulação política. Somadas às aspirações da incipiente burguesia urbana que se formava na Rússia naquela época, as reivindicações dos nobres ganham maior eco e garantem tímidas vitórias. Destas destacam-se os *zemstvos*, assembleias provinciais e distritais criadas em 1864, e as *dumas*, assembleias municipais que nascem em 1870. Ambas as instituições, apesar do peso simbólico que carregam, mostraram-se pouco eficazes de poder de ação deveras limitado (REIS FILHO, 1983).

O Estado *czarista*, assim, ainda que inserido em um contexto de maior pluralidade de grupos políticos que contavam com certo poder (ainda que pouco), continua a ser a grande fonte de ordem no império. Tal capacidade de dominação emana, sobretudo, da capacidade desta entidade despótica de determinar, por diversos meios, a visão política que, em última instância, delimitava a atuação das classes político-sociais em questão. Um bom exemplo da continuada centralidade do Estado Russo é o seu protagonismo nos processos de desenvolvimento capitalista e de abolição da servidão, a qual irá formar o campesinato enquanto classe legalmente livre (REIS FILHO, 1983).

É, pois, neste contexto de continuado despotismo somado ao desenvolvimento capitalista, às consciências nacionalistas de grupos políticos como a nobreza e aos descontentamentos dos grupos não-russos que se dá a Revolução Russa¹⁴ de 1917 que culmina na construção da URSS sob a tutela de Lenin e do partido bolchevique.

2.2 URSS: Histórico e Estruturas

Antes que a União Soviética viesse a ser constituída enquanto o corpo político característico a que usualmente somos remetidos, foram necessários demais eventos de caráter revolucionário que sucederam a derrubada da autocracia czarista. Após o sucesso do levante contra os Romanov, o orquestramento político da Rússia passaria por um período conturbado no qual se atritavam os interesses e as agendas dos grupos políticos que haviam participado da insurreição. Dentre estes destacam-se bolcheviques e mencheviques. Enquanto os primeiros defendiam a necessidade de implantação imediata do socialismo, os segundos acreditavam ser necessário um período de transição no qual fosse estabelecido um regime democrático que permitisse o pleno desenvolvimento do capitalismo para só então ser iniciado o processo de construção socialista. Para além dos conflitos ideológicos que se aprofundavam entre os grupos que então ocupavam o poder, agitavam-se, também, movimentos independentistas e autonomistas impulsionados pelo fim do governo central que mantinha poder sobre eles. Destes podemos destacar exemplos como os da Ucrânia - que lutava por autonomia regional -, da Polônia e da Finlândia - que desejam independência plena.

Estas disputas se dão em um contexto conhecido por aquilo que seria conhecido como o período de *duplo poder*, momento que se estende de fevereiro a novembro de 1917 e é representado pela simultaneidade dos poderes do Governo Provisório¹⁵ (Duma) e do Soviet. Ao passo em que o primeiro era teoricamente o dirigente legal da Rússia pós-*czarismo*, era o segundo que, dada sua adesão popular e poder militar, possuía de fato o poder legítimo de governar. Formado pela reunião de operários, soldados e deputados de cada regimento e de cada fábrica, o Soviet era uma instituição organizada de base bolchevique que almejava que a

¹⁴ Para maiores esclarecimentos acerca deste evento, consultar a série “A History of Soviet Russia”, de Edward Carr (1950).

¹⁵ Governo instituído após a renúncia de Nicolau II e liderado pelo primeiro-ministro Alexander Kerensky, de atuação conservadora (NABOKOV, 1976).

população tivesse poder para criar seus próprios órgãos governamentais. O contexto no qual se inseria esta dualidade, de formações socioideológicas e governos, portanto, baseava-se, essencialmente, em um enfrentamento entre burguesia e soviets (NABOKOV, 1976; REIS FILHO, 1983).

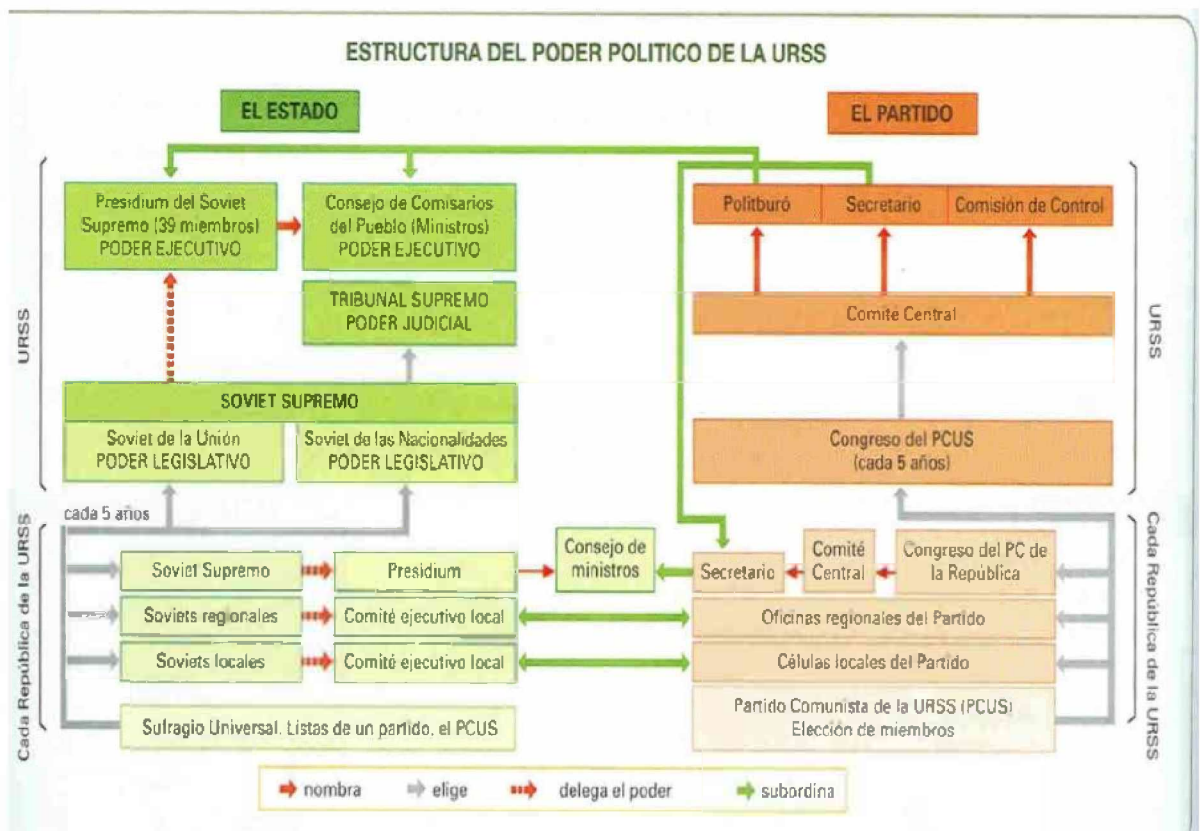
Em meio a tal embate, porém, o *partido vermelho* (bolcheviques) contava com ampla vantagem em virtude do apoio vindo das classes operária e camponesa. A estas, ademais, somavam-se os povos não-russos que vislumbravam um futuro mais próspero nas propostas bolcheviques que iam ao encontro de pautas que previam o respeito aos direitos nacionais dos diversos povos da região. As elites no comando destes territórios “alógenos”, porém, não se interessavam pelas propostas socialistas dos revolucionários e, a fim de defenderem seus próprios interesses (sobretudo a posse integral de suas terras), passaram a nutrir um forte sentimento nacionalista ligado a intenções separatistas. Estas, por outro lado, seriam combatidas pela emergência de um nacionalismo camponês interessado nas terras pertencentes aos senhores anti-revolucionários. Este embate de interesses corroboraria o apoio popular e não-russo aos soviets e, em última instância, sufocaria, por ora, movimentos populares separatistas que pudessem encontrar força nas posturas referentes à autodeterminação previstas pelo grupo leninista. Há, assim, a formação de uma forte base de apoio aos bolcheviques que sustentará mobilizações sociais a favor da deposição do Governo Provisório. Após uma série de enfrentamentos, dos quais se destacam as greves e lutas ocorridas em Petrogrado, a alcunha bolchevique do ‘Todo poder aos soviets’ predomina e tem fim o período de duplo poder (REIS FILHO, 1983).

A vitória bolchevique de 2 de novembro de 1917 coloca Lenin e seu partido no poder e, ainda, atua como estopim de uma guerra civil oriunda da resposta menchevique à ascensão vermelha. Neste ínterim, é formulada a *Proclamação dos Direitos dos Povos da Rússia*, que previa a garantia dos direitos nacionais, sendo a secessão permitida - ainda que não necessariamente incentivada. Tal conquista, contudo, demoraria algum tempo a surtir efeito por toda a extensão territorial russa, uma vez que muitas regiões de maioria étnica não-russa encontravam-se sob domínio de mencheviques ou de potências estrangeiras (que, em virtude da guerra que se perpetuava na Europa e da conflituosa situação pela qual passara a Rússia, haviam se apossado de territórios outrora pertencentes à Rússia *zarista*). É, pois, a partir da

evolução da guerra civil que tem início o processo de formação da URSS, que se dá mediante a anexação territorial conduzida pelo exército vermelho.

A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é finalmente formada em 1922. Constituída a partir da amálgama de diversos povos, a URSS nasce sob a forma de um *federalismo etnoterritorial*. Este termo sumariza a organização das 15 repúblicas pertencentes à URSS: cada uma delas seria governada por elites locais (determinadas pelo *Politburo*) que representassem um grupo étnico específico que ocupasse o território em questão. Dada a grande diversidade identitária dos grupos pertencentes à União, contudo, muitas vezes uma única RSS contava com diversas etnias em seu interior. Estas, porém, ainda que devessem ser respeitadas pela administração local, eram em geral privadas do direito de ocupar cargos governamentais. Assim, ainda que cada uma destas entidades políticas soberanas contasse com livre escolha acerca da adesão ao governo soviético, suas soberanias eram, de fato, determinadas pelo alto escalão do poder soviético, que exercia grande controle sobre as repúblicas da União.

Imagem 1 - Estrutura do Poder na URSS



Fonte: (TAMAJÓN, 2009).

Neste contexto, caberia ao alto escalão da URSS (governada de fato pelo Partido Comunista Soviético, ao qual estava subordinado o próprio Estado) organizar os Comissariados relativos a áreas como defesa, comunicações, economia, entre outras. Por outro lado, às repúblicas seria delegado o dever de organizar suas próprias educação, saúde, justiça e nacionalidade, o que seria, em certa medida, observado e auxiliado pelos soviets regionais que se formariam ao longo das cidades, países e regiões como forma de capilarização do poder central. Desta forma, ainda que houvesse certo grau de autonomia, todos os povos reunidos sob a égide do poder soviético eram submetidos à força de aparelhos supranacionais que contribuíam para que houvesse certa uniformização de padrões de conduta. Tal forma de organização fora concebida sob a égide das considerações de Lênin acerca da relevância das nacionalidades no âmbito da União Soviética. Segundo ele, era preciso que às nacionalidades fosse concedido o direito à autodeterminação pois apenas desta forma poderiam as classes populares absterem-se do domínio burguês. Assim, ainda que na visão leninista a luta contra o capitalismo fosse a mais essencial das virtudes e a fragmentação política do antigo império em vários Estados frágeis fosse uma grande ameaça a tal objetivo, o respeito às particularidades permitiria que a URSS se mostrasse enquanto refúgio livre do poder burguês e seus perniciosos efeitos. Portanto, uma vez concedido o direito à secessão, permite-se que novas nações nasçam já inclinadas à adesão à União Soviética em virtude da segurança - econômica, militar, institucional - que ela representa a novas e imaturas comunidades políticas. Tem-se, assim, uma alteração retórica que desmobiliza possíveis novos nacionalismos combativos contrários ao grupo soviético: o direito à união [à URSS], assim, suplanta a ideia de direito à fragmentação/secessão.

Desta maneira, a URSS, em seus primórdios, é concebida enquanto uma federação de repúblicas que gozam de certa margem de manobra defendida pelo grau de autonomia cultural administrativa a elas prevista. Para honrar suas próprias perspectivas acerca da centralidade dos direitos nacionais, Lênin (1917-1924), em 1923, dará início a políticas de indigenização que previam o treinamento de grupos locais para que estes assumissem cargos de controle e governo no lugar de representantes russos. Neste ínterim, ainda, são iniciados diversos projetos de incentivo à valorização de aspectos culturais típicos de cada região, como é o caso das posturas de incentivo ao ensino e ao uso das línguas locais. Desta maneira, a despeito das

tentativas do Partido Comunista Soviético de promover um processo de *state-building* que favorecesse a criação de um grande Estado federativo soviético, incentiva-se um processo de *nation-building* a nível étnico-regional que ainda mantém como referência os grupos nacionais e seus arcabouços materiais e imateriais. Tem-se, assim, um período que, de 1917 a 1924, promove a “desrussificação” da URSS como forma de garantir a criação de uma federação que fosse capaz de acomodar as muitas etnias e grupos nacionais que se aglomeravam sob sua alcunha e, ainda assim, continuar a luta anti-capitalista.

A morte de Lênin (1917-1924) dá início ao governo de Stálin (1924-1953), cujas ideias acerca de nação e nacionalidade divergiam de seu antecessor. Junto de Kamenev, Stálin acreditava que ambos os conceitos estavam, entre outros elementos, intimamente conectados ao território. Assim, em sua visão, a URSS prescindia da construção de uma espécie de sentimento nacional propriamente dito. Segundo o argumento stalinista, portanto, era preciso criar uma organização territorial unitária na qual os grupos não-russos seriam revestidos da condição de repúblicas autônomas submetidas a uma grande federação soviética dominada por russos. Inicia-se, desta maneira, um período de intensa russificação e dura perseguição política incentivada pelo novo governante da URSS. Durante seu governo, que vai de 1924 a 1953, Stálin reverteria uma série de políticas incentivadas por Lênin: a indigenização daria espaço à instituição de burocracias locais essencialmente constituídas por russos; os incentivos à língua e cultura locais seriam suplantados pela instituição do russo como língua oficial no sistema educacional; entre demais medidas que faziam do *self* russo a grande referência aos processos de formação estatal soviética. Dito isto, podemos concluir que, durante o período aqui tratado, o homem russo, a identidade russa, fora aproximada do *homo sovieticus*, sujeito que representaria, então, a URSS. Este processo de fortalecimento da supremacia étnica russa proposto por Stálin é sobretudo representado pelo grande contingente de russos que passaram a ocupar regiões para além das fronteiras da Rússia: em 1979, um quinto de toda a população russa estaria vivendo fora de seu território nacional.

O fim do período stalinista levaria ao poder Nikita Krushev (1953-1964), que, de 1953 a 1964 seria secretário geral do Partido Comunista Soviético e, assim, estaria à frente da URSS. Ao contrário de seu predecessor, Krushev buscou promover um governo mais brando e mais comprometido com reformas econômicas e administrativas que almejavam garantir grande crescimento econômico à União. Neste ínterim, o governante se propusera a incentivar

uma grande modernização econômica que pudesse ocorrer concomitantemente ao desenvolvimento das nações e à união destas. As políticas adotadas ao longo do governo Krushev, no entanto, seriam responsáveis por certo grau de desmobilização da URSS como um todo. Tal constatação é justificada sob o termo *localismo (mestnichevstvo)*, que expressa a formação de interesses nacionais locais nem sempre alinhados ou comprometidos integralmente aos objetivos da URSS. A autonomia nacional concedida neste período como forma de suprir os males da russificação stalinista, assim, baseou-se em uma noção essencialmente idealista de que uma amálgama das muitas nacionalidades componentes da União Soviética seria inevitável a despeito de suas diferenças.

Com o afastamento de Krushev (1953-1964) do poder em 1964, tem início o período do governo de Leonid Brejnev (1964-1982), que data de 1964 a 1982 e se caracteriza por ser mais pragmático e menos idealista que o período anterior. Uma das primeiras mudanças instauradas pelo novo governante em relação ao seu antecessor foi o início de um movimento de (re)centralização do controle ministerial sobre a economia, contrariando os esforços de Krushev de buscar desenvolver as economias locais através da concessão de maior grau de autonomia econômica. Em virtude da fragmentação que ameaçava a integridade da URSS à época em que assume o poder, Brejnev se propõe a promover uma maior estabilidade social que, segundo ele, deveria ser obtida através de um desenvolvimento harmonioso de todas as repúblicas soviéticas. Neste ínterim, as relações destas com Moscou passam por algumas alterações e se revestem de um caráter mais corporativista. Estas mudanças serão sobretudo simbolizadas pela retomada dos poderes locais pela Rússia e pela permissão à criação de estruturas e práticas administrativas *de facto*¹⁶. Desta maneira, ao passo em que as elites e população locais sentiam-se mais confortáveis em vista da confiança que lhes era depositada e das melhores condições de vida prometidas pela presença local do Partido Comunista, Moscou retomava sua capacidade de controle por todo o território da URSS. A partir de políticas desta natureza, pois, Brejnev buscava promover uma maior estabilidade no contexto étnico-territorial e permitir a construção de um verdadeiro povo soviético¹⁷.

¹⁶ O termo faz referência à existência de instituições de caráter estatal construídas a nível local sem que houvesse controle destas por parte do alto comissariado soviético.

¹⁷ Ao contrário de Krushev, Brejnev reconhecia que este objetivo teria um caráter de longo prazo e não necessariamente se daria de forma imediata após concessões políticas em respeito à autoafirmação dos povos. Ademais, o novo governante considerava que a integração das repúblicas soviéticas deveria ocorrer sem que as

O governo de Mikhail Gorbachev (1985-1991), que sucede o período Brejnev (1964-1985) e se estende até o final da URSS em 1991, é marcado por seu amplo comprometimento em promover uma retomada econômica¹⁸ da URSS, cuja economia encontrava-se em recessão e, por isso, ameaçava a sobrevivência da mesma. Neste contexto, o novo secretário-geral voltou esforços à construção de um discurso que se afastava das nacionalidades das repúblicas soviéticas para se preocupar com questões de cunho mais geral. Desta maneira, são priorizados investimentos em setores e regiões considerados estratégicos a fim de que fosse iniciado um período de grande modernização da URSS. Os novos direcionamentos de incentivos financeiros e fiscais à produção vêm, contudo, acompanhados de uma descentralização do comando econômico e da paralisação de vários projetos econômicos locais, o que representa a nova concepção do Partido acerca das economias nacionais. Estas, agora, têm seus desenvolvimentos compreendidos como ferramentas que permitiriam que o grande objetivo de modernização do Estado Soviético fosse atingido. Nota-se, assim, que a máxima dos primeiros anos do governo Gorbachev estava exclusivamente atrelada às questões de cunho econômico, o que viria a dar espaço à implementação de políticas modernizantes que não pareciam estar conectadas à questão das identidades nacionais.

Para que seus objetivos econômicos pudessem ser concretizados, no entanto, Gorbachev (1985-1991) acreditava que era preciso que sua *perestroika* viesse acompanhada de reformas políticas que permitissem a retomada do crescimento soviético e a consequente afirmação da capacidade da URSS de preservar sua posição hegemônica. Neste contexto, o então secretário-geral definirá aquilo que ficaria conhecido como *glasnost*. Esta diz respeito a um conjunto de propostas que buscavam democratizar a URSS a partir de uma maior transparência acerca daquilo que se passava no contexto desta e de uma maior liberdade de expressão concedida aos grupos nacionais que compunham a mesma. A partir das reformas propostas no bojo da *glasnost*, Gorbachev buscava, assim como Krushev (1924-1953), promover uma “desestalinização” - aqui compreendida como a superação de posturas agressivas e pouco conciliatórias que promoviam um insulamento da União no contexto

identidades locais fossem sufocadas, o que o levaria a concluir que este processo não deveria ser forçado a partir de integrações forçadas.

¹⁸ Objetivo sintetizado na *perestroika*, termo cunhado para representar a reestruturação econômica e produtiva pela qual passaria a URSS.

internacional e dificultava a conciliação pacífica entre as diferentes etnias internas à URSS - da União Soviética que permitisse à mesma estar em paridade com as evoluções técnicas, sociais, políticas, entre outras, assistidas em outras nações. Ainda que o pacote de medidas aqui discutido tangenciasse temáticas relativas às identidades nacionais das repúblicas soviéticas, não havia, a princípio, maiores esclarecimentos acerca de como lidar com as mesmas, que permaneciam à margem das novas políticas implementadas.

A falta de preocupação para com as nações que compunham a URSS, somada à maior liberdade de expressão prevista pela *glasnost*, representaria um grande obstáculo ao governo, uma vez que a coexistência pacífica de diferentes culturas e etnias promovida até então parecia ameaçada. Os primeiros sinais de desgaste da postura de Gorbachev (1985-1991) viriam com o despertar de grandes conflitos separatistas, como o de Nagorno Karabakh¹⁹, que colocavam em xeque o descaso para com as questões identitárias que se espalhavam por todo o território soviético. Acerca deste contexto conturbado, Eduard Bragamov (1987) apontaria o seguinte:

[...] na prática, a esfera das relações nacionais tem sido tratada como se tudo fosse harmonioso...e o que não cabia nesta harmonia era simplesmente ignorado e estigmatizado como uma manifestação de nacionalismo burguesa. (apud SMITH, 1996, p.15, tradução minha).

Os conflitos étnicos que se alastravam a partir do final da década de 80 e início dos anos 90 eram, ironicamente, resultantes das políticas reformistas que Gorbachev (1985-1991) implementara como forma de garantir a sobrevivência e o fortalecimento da URSS. Por um lado, a *perestroika* havia trazido à tona a difícil situação econômica sob a qual muitas repúblicas viviam, contexto que seria ainda mais agravado em virtude do fim de uma série de projetos econômicos locais que ainda conseguiam sustentar, ainda que precariamente, a manutenção das mesmas. Neste contexto de reestruturação, ademais, houve a troca de uma série de elites no poder em diversas repúblicas, fato que, em muitos casos como o da Transnístria, suscitaria uma situação de grande rivalidade entre grupos étnicos distintos. Por outro lado, a *glasnost* teria resultado em dois processos concomitantes que ajudariam a aumentar a contestação interna ao Partido. O primeiro deles diz respeito à transparência promovida pelas reformas políticas: a socialização de dados e eventos ocorridos nos períodos

¹⁹ Para maiores informações a respeito deste acontecimento, consultar “The EU's Neighbourhood Policy towards the South Caucasus: Expanding the European Security Community”, de Lúcia Simão (2017).

de Stalin e Brejnev elucidariam a coerção sobre a qual se sustentava a unidade da URSS e arrasaria o mito do *homo sovieticus* que, em última instância, promovia certa convivência pacífica entre os povos. Uma vez entendido como resultado de processos violentos de homogeneização forçada, este símbolo da identidade soviética seria suplantado pelo fortalecimento de sentimentos nacionalistas locais. O segundo processo perpetrado pela *glasnost* diz respeito à liberdade de expressão que, agora, concedia aos grupos étnicos locais que se pronunciassem contra o próprio Partido Comunista.

Podemos, assim, concluir que o período de vigência da URSS foi, para as nacionalidades que compunham esta, representado por uma sucessão de estratégias que buscavam promover a convivência pacífica de diversos grupos étnico-linguísticos sob a égide de uma grande identidade soviética que os aglomerasse. Tendo esta afirmação em vista podemos, ainda, conforme determina Graham Smith (1998), concluir que não era a URSS nem completamente uma federação, nem uma entidade colonizadora. Esta visão se sustenta a partir da percepção de que, ao passo em que a soberania de fato era garantida pelo centro do poder (ou seja, pelo *Politburo*), o processo de formação identitária da qual prescindia a União era capitaneado tanto pelas *etnorepúblicas* quanto pela própria federação.

À medida em que o centro negava às etnorepúblicas o direito *de facto*, porém não *de jure*, à autodeterminação, algum grau mínimo de autonomia política era concedida às elites locais no poder em nome do Partido. Contudo, havia uma cautela constante para que esta pequena margem de manobra política local não suscitasse movimentos nacionalistas de caráter contestador opostos ao poder central da URSS. Assim, era preciso que o limitado localismo permitido fosse aproveitado sem que as orientações do *Politburo* fossem infringidas. Este equilíbrio ténue entre interesses e identidades locais e interesses e identidades “coletivos” (ou, ainda, soviéticos) apenas seria desfeito dadas as políticas reformistas de Mikhail Gorbachev (1985-1991) conforme já salientado. É este contexto de acomodação, codificação e institucionalização de diferentes grupos étnico-nacionais sob a égide de uma grande identidade soviética que Rogers Brubaker (1994) chamará *multinacionalidade institucionalizada*.

À luz das contribuições do autor, esta característica singular da URSS está intimamente ligada a outra particularidade da União: o esvaziamento dos conceitos de nação e

nacionalidade enquanto categorias sociais fundamentais à formação estatal. Para Brubaker (1994), o Estado soviético não pode ser considerado um Estado nação à medida em que se apresenta enquanto entidade supranacional que impede a institucionalização de possíveis noções nacionalistas que se desenvolvam localmente. Assim, o que é institucionalizado no seio da União é a heterogeneidade étnica e cultural, sendo seus possíveis desdobramentos “nacionalizantes” sufocados em prol da formação de uma grande identidade soviética. As etnorepúblicas, assim, tão somente poderiam incorrer em movimentos similares aos de *nation-building* quando fossem estes estabelecidos sobre bases simbólicas e materiais que suscitassem a construção de um sentimento de pertencimento a um Estado soviético.

A ausência de noções de nação e nacionalidade bem definidas, somada às oscilações das políticas implementadas em relação aos diferentes povos da URSS, suscitariam a necessidade de estabelecer outras formas de consenso que permitissem ao *Politburo* perpetuar a legitimação do Partido frente a uma diversidade de povos tão grande. É, pois, dado este impasse que o *homo sovieticus* emerge como nova identidade que superaria o *Self* russo do *czarismo* e permitiria o funcionamento do grupo socialista soviético. Assim, esforços são realizados a fim de corroborar a estabilização de uma identidade única que permita um grau razoável de aglutinação entre os povos soviéticos. Nesse cenário, a persistente divulgação do discurso anticapitalista e anti-Occidente representa a externalidade, o *Outro* que, segundo Lene Hansen (2006) corrobora a formação de uma identidade (neste caso representada por uma identidade soviética). Ainda que este *Self* soviético não tenha sido criado de forma definitiva em virtude das muitas mudanças em relação ao tratamento dispensado aos grupos étnicos da União Soviética, podemos dizer, enfim, que houve certo sucesso no processo de construção do mesmo em virtude da longevidade da qual gozou a formação política soviética. Se não houvesse uma identidade compartilhada minimamente estruturada, a URSS talvez não fosse capaz de se sustentar por tantas décadas.

2.3 O Mundo Pós-Soviético: Política e Poder

A dissolução da URSS levantaria grandes dúvidas acerca do futuro das repúblicas que dela faziam parte. Este contexto de incertezas seria marcado sobretudo por três grandes eventos concomitantes: (i) a aproximação das concepções de Estado e sociedade do Ocidente

como novos parâmetros de organização do espaço até então inserido no regime soviético; (ii) tentativas de manutenção dos laços federativos construídos durante a égide da União Soviética; (iii) a agudização das questões étnicas já iniciadas durante o governo Gorbachev (1985-1991). Todos estes fenômenos estão, em alguma medida, conectados entre si e é acerca de cada um deles que tratarei a seguir.

Mapa 2 – Espaço Pós-Soviético e Conflitos Separatistas



Fonte: (SMITH, 1998).

Dadas as políticas soviéticas de repressão dos processos de *nation-building* e, conseqüentemente, *state-building* das repúblicas pertencentes à URSS estas encontrariam-se em uma posição de grande fragilidade após a dissolução da mesma. O fim do período de poder soviético representaria a repentina retirada de estruturas administrativas que garantiam, à despeito das críticas que possam ser direcionadas à forma com que este controle se dava, governabilidade às repúblicas da União. A lacuna de poder deixada pelo *Politburo* cessaria as políticas conciliatórias que permitiam a acomodação e a codificação dos muitos povos sob a tutela de diretrizes supranacionais que determinavam desde os fluxos econômicos até a inserção internacional. Sem este arcabouço institucional garantido pelo Partido Comunista, as ex-repúblicas soviéticas encontravam-se em um contexto de capacidade de agência estatal limitada. Sob tais condições, a estas entidades políticas surge a necessidade de buscar novas formas de sobrevivência estatal no novo cenário que se revela após o fim da URSS. Neste ínterim, duas alternativas se colocam, e sobre elas irei tratar a seguir (BRUBAKER, 1994; HILL, 1993).

A primeira das opções diz respeito à aproximação do Ocidente como forma de reestruturação interna e conseguinte adesão plena à dinâmica internacional de Estados. Acerca deste movimento ocidentalizante destacam-se a necessidade de adoção de políticas liberalizantes e de posturas democráticas. Os valores do Oeste, assim, passam a representar um novo arcabouço ideológico que sustentaria a adequação das ex-repúblicas soviéticas ao mundo pós-Guerra Fria. Esta proposta, sobretudo capitaneada por EUA e União Europeia, contudo, não se apresenta sem obstáculos. Como já demonstrado neste trabalho, o Estado soviético não pode ser considerado um Estado nação e o mesmo se pode observar nos países independentes que vêm à tona após a dissolução da URSS. De acordo com Anthony Smith (1986), para que seja de fato classificada enquanto um Estado nação, é preciso que uma formação política apresente compatibilidade entre suas fronteiras territoriais e o grupo étnico que a habita. Assim, é preciso que um Estado, para ser de fato um Estado-nação, seja formado por uma comunidade social homogênea em termos étnicos, culturais, linguísticos, morais e simbólicos. Ora, se as repúblicas soviéticas eram demarcadas territorialmente a despeito de sua homogeneidade étnica e se elas adquirem sua independência em 1991 sem que sofressem qualquer alteração em sua formação populacional, podemos afirmar que o espaço

pós-soviético não se enquadra na lógica do sistema de Estados-nação cultuado pelo Ocidente (PANOSSIAN, 2010).

Para além da incompatibilidade entre as formações estatais ocidentais e pós-soviéticas, contudo, outros empecilhos dificultariam a aproximação entre as mesmas. Como já discutido, os povos que compreendiam a URSS compartilhavam um passado *czarista* entre si. Tanto sob a égide do domínio do Império Russo quanto do *Politburo*, todas as nacionalidades que viriam a formar as 15 repúblicas do grupo socialista tiveram experiências políticas similares e, por conseguinte, aproximavam-se a partir de concepções políticas semelhantes. Estas, porém, em virtude da ausência de outra forma de governo que não autoritária e centralizadora, não compreendem valores democráticos e dizem respeito a noções de identidade que remontam amplamente a conceitos étnicos. Desta forma, o arcabouço histórico e ideacional das comunidades soviéticas é em grande medida diferente, senão oposto, daquele que orienta as ações ocidentais. Porquanto, a importação de modelos políticos, econômicos, culturais, entre outros, ocidentais por parte dos ex-povos soviéticos não se dá de forma imediata e em geral necessita de certas adaptações nem sempre bem quistas pela comunidade internacional (SMITH, 1998; PANOSSIAN, 2010).

Do processo de adaptação de modelos ocidentais pelas ex-repúblicas soviéticas surgem instituições e práticas singulares à região eurasiática outrora comandada pela URSS. Dentre essas particularidades, John Paul Goode (2012) destacará a ascensão dos chamados *regimes híbridos*. Segundo o autor, estes são uma forma de organização político-estatal que surge da amálgama criada entre os valores democrático-liberais do Ocidente e as práticas autoritárias e centralizadoras endêmicas do espaço pós-soviético desde o Império Russo. Desta maneira, em muitos dos Estados que se inserem no contexto aqui definido é comum a estruturação de governos que se apropriam de roupagens democráticas como forma de garantir acesso aos benefícios oferecidos por atores ocidentais. A reprodução destas formalidades comuns às democracias europeias e americanas, contudo, na realidade vêm acompanhadas da perpetuação de práticas autoritárias remanescentes dos períodos históricos anteriores. Neste ínterim, por exemplo, é comum observar países (ex-repúblicas soviéticas) que, ao passo em que contam com um sistema eleitoral ativo - elemento democrático-liberal -,

demonstram uma irrisória diversidade partidária oriunda de um rígido controle sobre os partidos de oposição - elemento autoritário.

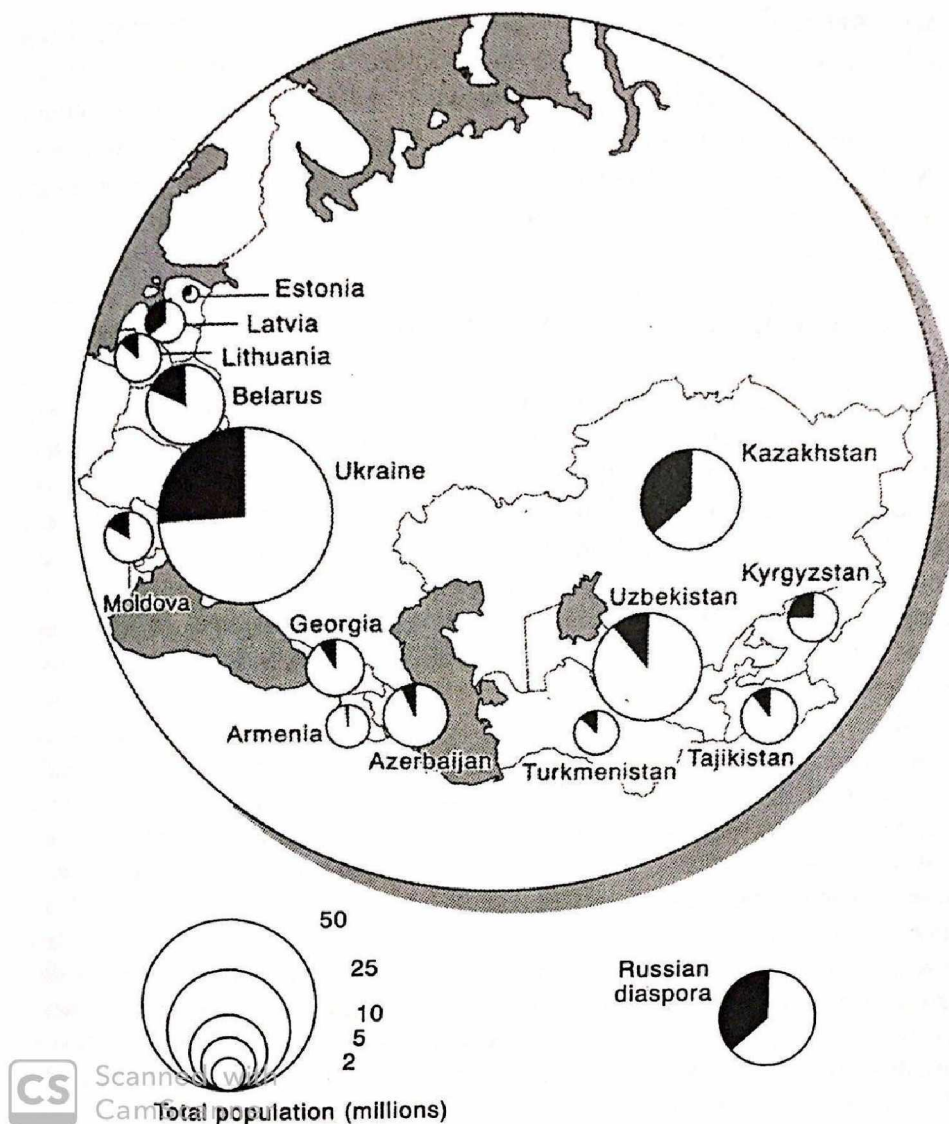
Ainda que haja, em certa medida, uma boa vontade europeia²⁰ envolvida na reorientação das ex-repúblicas soviéticas ao Ocidente, contudo, esta opção não representa a única saída à instabilidade político-econômica que se instaura na região da antiga URSS. Há, após 1991, o início de esforços em prol da formação da *Comunidade de Estados Independentes* (CEI). Tal instituição teria o intuito de promover uma cooperação política, econômica e militar entre as repúblicas da região como forma de garantir a estas uma maior capacidade de superar as dificuldades impostas e, ainda, superar o caráter centralizador e autoritário do período soviético. Atualmente formada por 10 dos 15 países integrantes da URSS, a CEI tem caráter supranacional e se propõe a promover diálogos e uma maior cooperação entre seus membros além de buscar definir uma política externa e de defesa em comum. A adesão à instituição, bem como a saída da mesma, é de livre escolha dos Estados. Quanto à formação e atuação da CEI é importante ressaltar que, ainda que sua idealização, preconizada por Bóris Yeltsin no início dos anos 90, ressaltasse a importância da instituição para a de-sovietização dos seus membros, o papel desempenhado pela Rússia neste contexto parece impedir uma total superação dos laços soviéticos (GRAHAM 1998; HILL, 1993).

Desde a dissolução da URSS, a Rússia tem buscado formas de garantir a perpetuação de seu poder regional, o qual fora construído graças à sua centralidade no contexto do comando soviético. Para tanto, o país lança mão de uma estratégia de formação estatal [*state-building* e *nation-building*] que se baseia, entre outros fatores, em um apelo a toda a comunidade russófona. Assim, clamando que todas os povos de matriz linguística russa/eslava seriam membros de uma mesma comunidade - o que seria institucionalizado pela concessão de cidadania russa a todos estes povos - a Rússia conseguiria, de certa maneira, manter-se enquanto importante agente no contexto regional pós-soviético. A dessovietização proposta pela CEI, assim, daria-se ao passo em que símbolos e práticas outrora soviéticos seriam paulatinamente substituídos por um arcabouço material e imaterial autodeclarado russo. Neste ínterim, de bom proveito foi o grande contingente populacional russo que havia

²⁰ Demonstrada por meio do envolvimento da União Europeia nas negociações acerca da busca por resolução de conflitos que afloram no espaço pós-soviético após a queda da URSS e demais práticas como a inclusão de Estados do antigo território soviético ao bloco europeu (como Letônia e Lituânia) (SHAH, 2013).

saído em direção a outros Estados durante a diáspora russa promovida ao longo dos processos de russificação da URSS. Sob o novo contexto aqui exposto, estas comunidades deslocadas passariam a ser ressignificadas por um discurso que as revestiria de um papel de vítima dos processos nacionalistas locais que se alastraram entre as repúblicas soviéticas no início dos anos 90 e, assim, garantiriam adesão de elites locais ao sentimento de pertencimento à comunidade russa. É evidente, pois, que esta política da Rússia não representa uma superação das tradições soviéticas - pelo contrário, as mantém (SHAH, 2013; SMITH, 1998).

Imagem 2 - Presença de Russos pelo Espaço Pós-Soviético



Fonte: (SMITH, 2002).

A ausência das instituições que viabilizavam a multinacionalidade institucionalizada da qual prescindia o etnofederalismo territorial, por outro lado, contribuiria para a agudização dos conflitos étnicos que já se esboçavam durante o governo Gorbachev. Segundo Svante Cornell (2002), a divisão territorial e política que caracterizava a URSS foi responsável por prover as minorias étnicas não somente de desejo, mas também de capacidade de ação. O grau de autonomia garantido a estes grupos durante todo o período soviético, ainda que não tivesse tido níveis estáveis ao longo do tempo, permitiu a construção de instituições de caráter estatal ao longo de inúmeros territórios. Ainda que muitas das vezes estas não fossem de fato legítimas, é certo que foram capazes de estruturar as bases políticas e institucionais das quais dependem um Estado. O fim do mandato de Brejnev e o início do de Gorbachev, assim, marcaria o momento em que estas instituições “estatais” passariam a ser mobilizadas como justificativas dos clamores independentistas que se espalhavam pela URSS.

A dissolução da União Soviética, portanto, representaria um momento de maior formalização das demandas das minorias étnicas à medida em que se aprofundavam o desejo pelo reconhecimento internacional e a capacidade de persegui-lo. É neste contexto que surge a discussão sobre os chamados *Estados de facto*, termo do qual se utiliza Pegg Scott (2008). Segundo o autor, estes representam uma região secessionista dentro de um Estado que declara sua própria independência sem que seja esta precedida de reconhecimento internacional. Estas entidades políticas, dirá ainda, são capazes - graças ao legado deixado pelo período soviético - de fornecer serviços básicos à sua população e demonstram altos níveis de organização institucional. Pode-se, assim, dizer que os *Estados de facto* são atores que se lançam à agudização de processos de *state-building* e *nation-building* ao passo em que buscam aprimorar suas capacidades estatais a fim de obter reconhecimento da parte de outros países.

Acerca dos processos de formação estatal [*state-building* e *nation-building*] sistematizados pelos irredentistas pós-soviéticos, Graham Smith (1998) dirá que são estes informados pelo exemplo europeu de Estado nação. Assim, em vista do sucesso da empreitada estatal no Ocidente, as elites que se fortalecem com a queda da URSS passam a buscar reproduzir os fundamentos de paridade entre sociedade e território. Desta maneira, são implementadas uma série de políticas de caráter homogeneizantes que se preocupam em fundamentar uma comunidade política que se sustente sobre os mesmos embasamentos étnicos, linguísticos, culturais e assim em diante. Neste contexto, as contribuições de Heather

Rae (2002) parecem ser de extrema relevância para percebermos que, em última instância, os *Estados de facto* pós-soviéticos desempenham o papel de fundamentar um processo de construção identitária que lhes permita empreender um projeto de *state-building*. Este, em última instância, justificaria a busca destas entidades por reconhecimento internacional e potencialmente as aproximariam deste à medida em que permitem um melhor amadurecimento de instituições tipicamente estatais nestes locais. As sucessivas tentativas de homogeneização social percebidas no espaço pós-soviético, assim, fazem coro às contribuições da autora que indicam a necessidade do Estado de possuir uma identidade incontestável para que possa dar continuidade aos seus processos formativos e para que tenha legitimidade doméstica e internacional.

Assim, tem-se, com o fim da URSS, a construção de um contexto eurasiático imerso em questões de grande sensibilidade. A estas sobrepõem-se a aproximação do Ocidente como fonte de estabilidade, a tentativa russa de manter seu poder de influência sobre a região e a emergência e o aprofundamento de movimentos irredentistas fortemente orientados por questões étnicas e identitárias. Entrementes, o legado da era soviética a todas as repúblicas que formavam a URSS é inquestionável. Ainda que a força desta influência seja mais proeminente nos casos de conflitos separatistas, ela não se fez irrisória nas demais situações. Neste ínterim, os novos países que são reposicionados no ambiente internacional vêm-se, em virtude das políticas da era soviética, desprovidos de identidades nacionais que lhes favorecesse empreender processos de (re)construção estatal. Neste contexto, então, alguns irão aproximar-se do Ocidente e, assim, darão início a um processo de construção identitária que se baseie em elementos e símbolos tipicamente ocidentais. Neste cenário, o legado soviético é tratado como o *Outro* opositor que, conforme David Campbell (1992), ameaça a existência desses novos Estados no cenário pós-soviético. Por outro lado, algumas regiões manterão uma postura de desconfiança para com os ocidentais, o que informará identidades que mais voltadas à Rússia e à própria URSS.

CAPÍTULO 3 - TRANSNÍSTRIA E MOLDÁVIA: IDENTIDADES EM DISPUTA

No contexto pós-soviético até aqui descrito, o conflito separatista entre Transnístria e Moldávia se destaca à medida em que é o único litígio da região que não se sustenta em pilares étnicos. Ao contrário dos demais enclaves, como os de Nagorno-Karabakh, Ossétia do Sul e Abkhazia, os clamores secessionistas dos transnístrios encontram respaldo em outros fundamentos. Entre estes, destaca-se a história compartilhada pelo povo da região, que não se significa enquanto parte constitutiva da Moldávia. Portanto, é preciso que sejam analisados demais componentes que possam ser a fonte de discordância que alimenta a continuidade do conflito em questão. Nesse sentido, a reminiscência de símbolos soviéticos como fontes simbólicas do nacionalismo transnístrio, somada à contínua ocidentalização da Moldávia, indica que as identidades nacionais possam exercer função importante neste cenário à medida em que há uma articulação entre elementos materiais e subjetivos que compõe o contexto atual do caso aqui tratado.

Neste capítulo, portanto, buscarei discutir os processos de construção das identidades transnístria e moldava a partir de uma cautelosa análise de suas formações enquanto entidades políticas e “estatais”. Neste ínterim, é importante salientar que, ainda que o conflito em si date já da década de 90 do século XX (após a dissolução da União Soviética), a convivência entre os povos que hoje constituem o Estado moldavo compartilha um longa e conturbada história. Assim, a partir de uma breve exposição da secular relação entre ambas as regiões, voltar-me-ei mais objetivamente à análise dos efeitos gerados ao longo da evolução dos movimentos de aproximação e afastamento entre a Moldávia e sua região irredentista. Desta maneira, o presente capítulo dividir-se-á da seguinte forma: (i) a primeira seção tratará, de forma breve, do histórico do conflito e dos esforços voltados à sua resolução; a (ii) segunda seção demonstrará o processo de construção identitária da Moldávia; e a última seção (iii) apresentará o processo de formação da identidade da Transnístria.

3.1 Contextualização Histórica do Conflito

A análise histórica do conflito permite a delimitação de fases específicas do litígio, o que proporciona uma maior compreensão das raízes da disputa, das suas motivações e das

perspectivas de solução no cenário atual. Embora o surgimento da Transnístria como um *Estado de facto*, imbuído de elementos constitutivos estruturais, institucionais e sociopolíticos, remonte ao início dos anos 90, a história da rivalidade com a Moldávia conta com uma longa trajetória de aproximação e afastamento em contextos de dominação específicos.

Mapa 3 - Transnístria, Moldávia e Conflitos Separatistas do Espaço Pós-Soviético



Fonte: (TAYLOR, 2014)

Inicialmente uma parte integrante do Império Otomano, a região da Bessarábia - território que corresponde aproximadamente à atual Moldávia - foi, no século XIX, doada ao Império Russo, no qual seria então separada em duas *gubernias*²¹ distintas. Neste contexto, ocorre a divisão entre aqueles que se constituíram enquanto povo moldavo e aqueles que um dia se reconheceriam como ucranianos e transnístrios. Assim, a margem leste²² do Dnestr se

²¹ Entidade política sob jurisdição do imperialismo russo. Tratava-se de regiões que, apesar de conviverem sob a égide do império russo e suas formas de dominação, contavam com certas particularidades auto-governamentais e culturais (LO, 2002).

²² Aqui compreendido a partir do sentido determinado pelos hemisférios definidos pelo Meridiano de Greenwich.

encontraria em uma esfera de alta influência de povos eslavos, não sendo impactado pelas pressões romenas. Paralelamente a tal processo, que é engendrado apesar das diferenças e semelhanças existentes entre as duas populações, a independência conquistada pela Romênia - então território otomano - em 1878 envolve, acima de tudo, a porção ocidental da Bessarábia. Buscando promover uma maior adesão ao movimento independentista, os romenos almejavam unir-se com os povos bessarábios que ocupavam majoritariamente a região ocidental do território. Tal ambição era pautada no entendimento de que ambas as comunidades compartilhariam uma ancestralidade étnica dácia-romana²³ em comum. Portanto, um mito comum da criação foi forjado e uma espécie de processo de aproximação foi iniciado pela disseminação dessa etnogênese compartilhada como o gatilho para a consolidação de uma consciência nacional. Desde este mesmo episódio, a história moldava tem sido, de alguma forma, ligada à influência romena (IGLESIAS, 2015; VAN MEURS, 1998).

Em 1918, a região ocidental da Bessarábia é tomada pela Romênia, permanecendo a parte leste mais distante, localizada à esquerda do rio Dnestr, sob a jurisdição da então URSS como a RSS autônoma da Moldávia - diretamente governada pela RSS da Ucrânia. Na década de 1940, a região foi então reunificada pelos soviéticos, aproximando novamente os transnístrios e os moldavos num contexto de grande fragmentação identitária e histórica que dificultou a aproximação mútua. Temendo uma nova perda da Moldávia, a URSS usaria, a partir de então, a Transnístria como uma medida de contenção para evitar outra aproximação da Romênia pelo território recentemente recuperado. Nesse momento, assim, têm início esforços direcionados à apresentação do *homo sovieticus* como um provedor de riqueza e segurança econômica, sendo o exemplo da Transnístria usado enquanto estratégia para criar uma cortina anti-ocidente na região. Dado este contexto, as relações de hostilidade foram constantes ao longo do século XX. Em 1989, no entanto, tais inimizades ficariam sob excepcional tensão dada a decisão do parlamento soviético da Moldávia de tornar o romeno-moldavo a língua oficial da RSS da Moldávia (MSSR), a qual até então adotava o russo como referência linguística (IGLESIAS, 2015; KOLSTO; MALGIN, 1998).

²³ A Dácia foi uma província do Império Romano de 106 d.C a 275 d.C (VAN MEURS, 1998).

Mapa 4 - Bessarábia



Fonte: (BESSARABIA, 2019)

Mapa 5 - Romênia e República Socialista Soviética da Moldávia de 1918 a 1940



Fonte: (ROMANIA INSIDER, 2017)

Preocupada com a explicitação da perda de representação política devido a tal deliberação, a população da parte oriental do Dnestr começou a organizar um movimento político em favor da criação de uma república autônoma que se tornaria parte da República Socialista Soviética da Moldávia. Esta nova entidade política proclamaria sua autonomia em 1990 sob o nome de Moldova Dnestr RSS, desagradando a Moldávia e aumentando a rivalidade existente entre ambas. Em 1991, a Moldávia declara sua independência da URSS, evento que escala o conflito para uma situação bélica. Uma vez independentes, os moldavos invadem o território transnístrio para dizimar a população russa - e pró-russa - como forma de impor a etnia moldava ao território de todo o país, numa clara tentativa de unificar o contingente populacional do Estado para criar a base social necessária para a construção de um país unificado e soberano (LO, 2002; PEGG, 1998).

A situação foi progressivamente agravada até 1992, quando a Moldávia é reconhecida pela ONU e a Transnístria toma o controle sobre todas as instituições políticas da margem leste do Dnestr. Neste contexto, Chisinau tenta retomar o poder sobre a região através de meios coercitivos, os quais resultam em respostas militaristas da parte da Rússia, cujas tropas do 14º Batalhão Soviético localizadas em território moldavo intervieram em favor de Tiraspol. Ademais, a Rússia, destarte sua posição neutra em relação ao conflito, teria ainda enviado armamentos às tropas paramilitares da Transnístria e também treinado a “Guarda Republicana”, grupo irredentista que sustentava o então líder separatista Igor Smirnov. Embora o conflito militar tenha sido sufocado por acordos de cessar-fogo e pela fixação de missões russas de manutenção da paz no lado oriental do Dnestr, a vontade transnístria de independência permaneceu e suscitou o desejo separatista na região. As aspirações da porção irredentista eram sobretudo representadas pela busca pelo estabelecimento de uma série de medidas de garantia de autodeterminação ao povo transnístrio, tais como a criação de leis de cidadania, a institucionalização de seus próprios símbolos e bases linguísticas, entre outros (BOLGOVA; ISTOMIN, 2016; DIAS, 2013).

Primeiro acordo estabelecido em relação à situação a Moldávia, o cessar-fogo estabelecido em 1992 legitimaria o envio de tropas russas em direção à Transnístria, onde até hoje permanecem em contingentes que superam a presença militar russa na Crimeia. Alguns anos mais tarde, em 1997, os presidentes de ambas as margens do Dnestr assinariam, junto de Rússia, Ucrânia e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), um memorando acerca dos princípios a serem seguidos na busca pela normalização da situação - os quais versam sobre o respeito aos princípios de autodeterminação e integridade territorial. Contudo, a parca eficácia das negociações culminou, em 2005, à reformulação do formato de organização dos acordos, fato que levaria ao estabelecimento de um novo formato do processo negocial, o qual passaria, então, a funcionar em um formato 5+2, com a presença de Moldávia, Transnístria, Rússia, Ucrânia e OSCE e União Europeia e Estados Unidos como observadores. Para além destes episódios de esforços resolutivos, pode-se, ainda, destacar a tentativa russa de assinatura do “Memorando de Kozak” em 2003. O documento propunha a federalização da Moldávia e a atribuição de poder de veto à Transnístria sobre a decisões do governo moldavo. Tal proposição, contudo, não foi aceita por todas as partes envolvidas (BERG; TOOMLA, 2009; NANTOI, 2009).

O novo formato, porém, novamente mostra-se incapaz de promover grandes progressões ao longo do processo negocial, o que faria com que o conflito continuasse congelado. As sucessivas falhas das tentativas de resolução do litígio parecem apontar para a insuficiência da negociação pura como saída para a situação. Neste ínterim, as medidas estruturais, como democratização e reformas econômicas, parecem formas mais acertadas de lidar com a questão e têm sido o meio principal de atuação das partes envolvidas recentemente (NANTOI, 2009).

Atualmente, a dimensão internacional do conflito tem apontado cada vez mais em favor de uma visão inclinada à necessidade de resolução do conflito corrente. As negociações para a normalização deste, contudo, dividem-se, externamente, em dois grandes grupos: aqueles que são favoráveis à resolução e assumem posturas de incentivo à reintegração entre as partes conflitantes, e aqueles que interessados na manutenção do *status quo*. No primeiro grupo destaca-se a presença de atores como OSCE, que desde 1993 atua no conflito a fim de promover diálogos e reconciliação entre Moldávia e Transnístria; EUA, observador desde 2005; e União Europeia, que, comprometida com a resolução do litígio como forma de garantir o estabelecimento de um ambiente seguro no contexto europeu²⁴, atualmente lida com o conflito através da *European Border Assistance Mission to Moldova and Ukraine* (EUBAM). Já do segundo grupo faz parte a Rússia, que, apoiada pela CEI, enxerga o litígio como forma de garantir sua presença em território moldavo, mantendo assim sua influência sobre a região. Para além da presença militar, Moscou nomeadamente provê a Transnístria com subsídios econômicos e energéticos, permitindo a sustentação do regime irredentista (DIAS, 2013).

3.2 Entre o Ocidente e o Passado: o Caso da Moldávia

O desmantelamento do domínio soviético sobre a Moldávia daria início a um período de intensas disputas internas entre grupos políticos cujas aspirações para o novo país soberano se distinguiam em certa medida. Ainda que diferentes em assuntos delicados, como a

²⁴ Conforme previsto pela Política Europeia de Vizinhança (PEV), política europeia que desde 2003 direciona o envolvimento da União Europeia nos esforços orientados à resolução de conflitos estabelecidos nas proximidades da região geográfica compreendida pelo bloco europeu (DIAS, 2013).

identidade nacional, estas formações partidárias estavam em uníssono acerca da necessidade de criar as bases que permitiram a construção de um forte e distinto país, a República da Moldávia. Neste ínterim, a construção de uma identidade moldava coesa era, e ainda é, a discussão central em qualquer dos grupos políticos da região, os quais acreditavam que, dada a história do país, era preciso que esta nova era fosse marcada, enfim, pela determinação de um *self* moldava incontestável. De posse do Império Otomano a *guberniia* russa e, finalmente, república socialista soviética, o território que hoje conhecemos como Moldávia sempre esteve localizado em um ambiente fronteiriço de intensas disputas políticas. Assim, podemos concluir que o Estado aqui tratado foi historicamente subjugado a um poder superior, o que em boa medida limitava o surgimento de grandes movimentos políticos essencialmente moldavos (IGLESIAS, 2015). Portanto, como afirma Florent Parmentier (2003), a Moldávia, ao ver-se independente da URSS, não contava com uma formação identitária própria à qual recorrer a fim de iniciar seus processos de formação estatal [*state-building* e *nation-building*]. Este é um problema até hoje enfrentado pelo país, cuja identidade continua a ser uma questão disputada e de difícil definição.

Mapa 6 - Moldávia após o fim da URSS



Fonte: (GUIA GEOGRÁFICO, s.d.)

Para além da condição histórica agora apresentada, a Moldávia encontraria ainda outras dificuldades a serem superadas a fim de que fosse criada uma identidade nacional do país. Um destes empecilhos é a configuração étnica da população moldava. Segundo o censo de 2004, o Estado era composto por 75% de moldavos, 8% de ucranianos, 6% de russos e 2 % de gagaúzes²⁵. Assim, ainda que a maioria moldava seja ainda hoje incontestada, a presença de outros povos não é desprezível, o que salienta a incongruência entre território e origens étnicas característica do espaço pós-soviético. Dada esta heterogeneidade populacional, a busca por mitos fundacionais e histórias ancestrais que possam criar um senso de coletividade é dificultada ao passo em que nem todos os cidadãos compartilham de elementos simbólicos,

²⁵ Povo de origem étnica turco-otomana de maioria cristã ortodoxa que configura outro conflito separatista ao sudeste da Moldávia (IGLESIAS, 2015).

linguísticos e históricos em comum. Ainda que o recente passado soviético seja um ponto em comum que perpassa todos os povos que formam a Moldávia, há um forte esforço de dessovietização do país incentivado tanto por elites políticas quanto pela própria população. A agressividade que muitas vezes limitou o direito moldavo à autodeterminação e a carga ideológica deixada pelo regime, a qual muitas vezes dificulta a aceitação de países ocidentais, são pontos que corroboram a sustentação de posicionamentos que buscam afastar o Estado moldavo de fins do século XX e início do XXI do legado soviético (IGLESIAS, 2015).

Este processo de afastamento da Moldávia do arcabouço institucional e imaterial da URSS, mais precisamente, tem início já durante os primórdios do governo Gorbachev, momento em que grupos *romanistas*²⁶ começaram a se organizar e agir de forma mais consistente. Em virtude do “afrouxamento” instituído pelo governo central em relação às políticas de controle das nacionalidades que compunham a União, estes grupos étnico-políticos passaram a ter maior influência em meio à população - quadro que se aprofundaria com a declaração de independência. A atuação destes esteve sempre orientada à negação do legado soviético e do *homo sovieticus* enquanto elementos que de fato caracterizavam a República da Moldávia. Destarte as divisões internas inerentes a estes grupos, cujas vertentes diferiam acerca do grau de proximidade da Romênia que o país deveria buscar, podemos afirmar que sua atuação contribuiu para a instalação de um sentimento nacionalista que via na superação do contexto soviético o elemento essencial à criação de uma nação moldava. Exemplo clássico que nos permite averiguar o sucesso do discurso anti-soviético é a adoção do moldavo enquanto língua oficial do Estado e a inclusão da história romena como componente curricular obrigatório no sistema de ensino nacional moldavo. Como já foi demonstrado, foi a instituição de políticas deste cunho que iriam incentivar a declaração de independência da Transnístria (ROPER, 2005; SOLONARI, 2002).

Ao passo em que as intentadas romanistas obtiveram sucesso em contribuir com o afloramento de um movimento nacionalista, elas também suscitaram a retomada do movimento *Moldovanista*²⁷. Este, em resposta aos grupos pró-Romênia, contrariavam as

²⁶ Agrupamentos políticos ligados à Romênia que advogavam a favor da aproximação da Moldávia em virtude da compartilhada ancestralidade e história de ambos os países (IGLESIAS, 2015).

²⁷ O moldovanismo fora um movimento criado pela URSS em 1924 com o intuito de justificar e legitimar a anexação soviética da Bessarábia. Trata-se de uma proposta que se pretende a negar a existência de etnias, histórias, símbolos e nacionalidades compartilhadas entre Moldávia e Romênia (KING, 2000).

ambições de aproximação e até integração da Moldávia à Romênia. Segundo o moldovanismo, o povo moldavo é único e repleto de especificidades, o que não condiz com a “romenização” do país proposta pelo movimento rival. Ainda que tenha obtido certa aderência social, a proposta moldovanista foi, em alguma medida, apropriada e construída por membros do Partido Comunista Moldavo. Temendo a unificação com o vizinho romeno, membros da elite partidária remanescente do período soviético dariam início à sociabilização de uma crença acerca da singularidade moldava. Este pretendia, pois, garantir que a República da Moldávia permanecesse soberana e independente, o que, em última instância, garantiria a manutenção destes mesmos grupos políticos no poder (KING, 2000; VAN MEURS, 1998).

Ambos os movimentos têm considerável influência sobre as esferas sociais da Moldávia e obtiveram sucesso em algumas de suas empreitadas. Durante o início da década de 90, com as eclosões de inúmeros conflitos na URSS de Gorbachev e a prevalência do discurso moldovanista por anos fortalecido pelo regime soviético, o Partido Comunista Moldavo consegue chegar ao poder após a independência do país. Apoiadas em um moldovanismo moderado, as elites políticas que se sustentariam no governo direcionariam esforços à construção de um Estado soberano orientado por uma identidade nacional distinta. O início dos anos 90, neste contexto, foi marcado por uma construção identitária moldava que se sustentava sobretudo sobre a diversidade étnica do país (SHAH, 2013).

Esta centralidade da heterogeneidade permitiu a criação de uma situação ambígua na qual a Moldávia, ao passo em que mantinha fortes laços com a Rússia, também se furtava de incorrer em uma completa negação das bases que a aproximavam da Romênia. Bons exemplos desta dinâmica nacional incerta são as políticas linguísticas e educacionais adotadas nos primórdios da década de 90. A adoção do moldavo como língua oficial e a permanência do russo enquanto idioma secundário no país demonstravam que, ainda que não se considerassem russos e/ou eslavos, os moldavos entendiam a proximidade destes. De forma simultânea, esta decisão linguística permitiu à Moldávia afirmar-se enquanto nação distinta, o que se justificava pela determinação de uma *lingua mater* nacional essencialmente moldava. Por outro lado, a já citada decisão de incluir a história da Romênia enquanto componente curricular obrigatório demonstra uma compreensão de que há uma série de influências romenas que impactam a realidade, e a identidade, da Moldávia. Finalmente, a adoção da bandeira nacional da Moldávia à época de sua independência também demonstra a

consciência e a valorização da proximidade com a Romênia, o que se pode notar a partir da comparação das bandeiras de ambos os países, distinguidas apenas pelo brasão moldavo (IGLESIAS, 2015; ROPER, 2005; SOLONARI, 2002).

Imagem 3 - Bandeira Nacional da Romênia



Fonte: (SMITH, 2011).

Imagem 4 - Bandeira Nacional da Moldávia



Fonte: (WORLDTLAS, s.d.).

O início da história da República da Moldávia enquanto Estado independente, contudo, estaria também atrelada ao legado político e institucional da URSS. Neste contexto, a transição para um regime político presidencialista democrático e para uma economia de mercado não se daria sem que houvesse a influência do legado soviético. Esta pode ser compreendida sobretudo através da limitada diversidade partidária que caracteriza o cenário político do país e, também, através das dificuldades econômicas enfrentadas desde a dissolução da URSS. O primeiro dos elementos aqui destacados remete ao controle sobre

grupos políticos de oposição que continua a exercer uma certa limitação na pluralidade do poder moldavo. Ainda que os valores democráticos e liberais tenham sido cada vez mais adotados pela Moldávia, há uma certa dificuldade de superação de certas práticas autoritárias remanescentes do período soviético (DURA, 2010; IGLESIAS, 2015).

Acerca destas dificuldades de desvencilhamento de resquícios do autoritarismo podemos, ainda, destacar o alto grau de centralização do poder e a baixa capacidade de agência da sociedade civil, que continua a ser uma instituição desacreditada e de limitada margem de manobra no país. Por outro lado, a economia moldava também sofreria dificuldades em adentrar o mercado internacional após a dissolução da URSS. Dada a estatização característica da mesma, a estrutura produtiva da Moldávia não contava com um aparato produtivo suficientemente avançado, o que tornaria mais difícil a sobrevivência do Estado independente. A capacidade econômica comprometida, ademais, prejudicaria o financiamento de serviços estatais à população, o que reiteraria as ameaças à sustentação da independência moldava. Os baixos níveis do país em indicadores como PIB e IDH demonstram, quando comparados ao restante da Europa, a crítica situação em que se encontrava a Moldávia pós-independência (e em que se encontra ela até hoje) (DURA, 2010; IGLESIAS, 2015).

Tabela 1 - Cinco Piores Produto Interno Bruto (PIB) da Europa em 2018

Posição	País	PIB nominal (em bilhões de dólares)
1	San Marino	1.769
2	Montenegro	5.389
3	Kosovo	4.839
4	Moldávia	11.436
5	FYR Macedônia	12.374

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (s.d)

Tabela 2 - Cinco Piores PIB Per Capita da Europa em 2018

Posição	País	PIB nominal (em bilhões de dólares)
1	Moldávia	1.900
2	Ucrânia	2.194
3	Armênia	3.510
4	Geórgia	3.842
5	Azerbaijão	3.956

Fonte: elaboração própria a partir de dados do Fundo Monetário Internacional (s.d.)

Tabela 3 - Cinco Piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da Europa em 2014

Posição	País	IDH
1	Moldávia	0,69
2	Albânia	0,73
3	Bósnia-Herzegovina	0,73
4	FYR Macedonia	0,75
5	Ucrânia	0,75

Fonte: elaboração própria a partir de dados do PNUD (2015)

As dificuldades de ordem política e econômica enfrentadas pela Moldávia após sua independência, junto do fortalecimento dos movimentos de romanização e ocidentalização perpetuados sobretudo a partir dos anos 2000, culminariam na estruturação de um país que cada vez mais e inclinaria à seara internacional em busca de ajuda e de melhores perspectivas. Neste ínterim, a Europa tem sido fonte de grande interesse moldavo, o que vem incentivando um processo gradual de ocidentalização. Tal movimento em direção ao Ocidente vem promovendo rearranjos na identificação da comunidade moldava, que se vê cada vez mais

como parte da sociedade ocidental liberal e democrática. Neste contexto, há uma notável retomada de posicionamentos anti-comunista/anti-soviético em Chisinau, o que aumentaria as tensões e a divergência com Tiraspol. A busca pelo ocidente europeu, contudo, não tem sido feita de forma unilateral, desde 2003, a União Europeia tem fortalecido sua presença na região graças à atuação da Política Europeia de Vizinhança (PEV) e a criação da EUBAM. Por esses instrumentos, o grupo europeu consegue manter a opção moldava pelo Ocidente e marca uma presença ainda mais pesada entre o país no dia a dia, impactando o processo de identificação social para os valores ocidentais como os valores moldavos (DIAS, 2013; VAN MEUERS, 1998).

A presença europeia na Moldávia, contudo, é também reiterada pela presença da Romênia, cuja já discutida proximidade do Estado moldavo favorece diálogos rotineiros. Livre do regime soviético desde 1989 e membro da União Europeia desde 2007, a Romênia tem desempenhado um papel cada vez mais pronunciado de influência ocidental sobre a Moldávia. Nomeadamente entendido como burguês, capitalista e ocidentalizado, o povo romeno tem também trabalhado em processos de desvencilhamento de conceitos a ele relativos disseminados sob a égide do domínio da URSS. A significação da Romênia enquanto ator inquestionavelmente ocidental, contudo, parece prevalecer entre os moldavos e se fortalece a partir da adesão do país ao bloco europeu. A retomada de uma aproximação mais evidente da Romênia e direção à Moldávia, assim, começaria a se esboçar a partir da segunda metade dos anos 2000. Contudo, este novo movimento, agora, seria em certa medida apoiado por grupos moldavos que, apoiados em uma nova geração acadêmica que valoriza o discurso pró-romeno, incentivam o estreitamento dos laços entre ambos os países (SHAH, 2013; VAN MEURS, 1998).

Acerca deste novo contexto podemos destacar acontecimentos interessantes como o apoio romeno à empreitada moldava pela adesão à União Europeia e as discussões, na Moldávia, acerca da adoção do alfabeto latino ao invés do tradicional cirílico²⁸. Ademais, a própria União Europeia tem aprofundado suas políticas de aproximação da Moldávia dentro do contexto do PEV. Neste ínterim, o bloco anunciou, em 2014, a retirada da obrigatoriedade

²⁸ Para muitos moldovanistas e russos, a mais elementar distinção entre o romeno e o moldavo é justamente os alfabetos adotados por cada um dos idiomas: o primeiro adota o alfabeto latino, e o segundo, o cirílico. Assim, para alguns grupos sociais da Moldávia, a adoção do alfabeto latino significaria a institucionalização do romeno como língua oficial do país (ROPER, 2005).

de visto para viajantes moldavos - e conseqüentemente transnístrios - que adentrarem o espaço da União. Em contrapartida, a Moldávia se comprometeu, como parceira do PEV, a incorrer em reformas políticas internas a fim de diminuir os níveis de corrupção, aumentar a participação social, entre outras medidas que aproximam o país de uma maior adoção dos valores ocidentais. Para além da União Europeia, contudo, a OTAN também tem exercido forte influência sobre a aproximação da Moldávia para com o Oeste. Ainda que não seja membro da organização, a República da Moldávia mantém uma relação próxima com a instituição à medida em que participa da *Parceria para a Paz*, projeto a OTAN que engloba a participação de não-membros, e possui um plano de ação de parceria individual. Dada esta proximidade, a Moldávia regularmente participa de reuniões e conferências realizadas pela organização (KRAMER, 2016).

Os últimos eventos explicitam um maior comprometimento tanto da Moldávia quanto do Ocidente de promover uma aproximação pacífica entre ambos, o que dá início a uma nova fase do processo de formação da identidade moldava. A boa vontade demonstrada pelo Ocidente, sobretudo pela União Europeia, em receber o Estado moldavo reiterou o papel da ocidentalização como um dos principais impulsionadores das políticas externa e interna do país. Neste ínterim, ademais, é evidente o aprofundamento de um discurso progressivamente mais ocidentalista que agudiza a necessidade de contingenciamento do regime observado em Tiraspol (acerca do qual tratarei em maiores detalhes a seguir). Assim, percebe-se que a identidade moldava continua em processo de construção e tem sido cada vez mais influenciado por uma abordagem ocidentalizante. Não podemos, contudo, afirmar que a aproximação do Oeste seja suficientemente central para que defina sozinha o *Self* moldavo. Conforme demonstrado, o apreço pela multiétnicidade e a noção de singularidade nacional que impede uma total identificação com a Romênia denotam uma formação identitária que se lança ao Ocidente de forma comedida, sem que sejam menosprezadas as características particulares de um país cujo passado é distinto da comunidade europeia. Da amálgama entre a ressignificação da busca por um novo arcabouço moral ocidental e o legado de anos soviéticos e imperiais, portanto, vem sendo construída uma nova identidade que distingue a Moldávia de demais nações do espaço pós-soviético.

3.3 Passado no Futuro: a Singularidade Transnístria

A resposta independentista da Transnístria às políticas linguísticas e educacionais implementada pela Moldávia em 1990 marcaria o surgimento de uma nova entidade política repleta de particularidades e profundamente comprometida em consolidar seu aparato estatal a fim de buscar pelo reconhecimento do ambiente internacional. Neste cenário, o mais elementar acerca do caso aqui estudado, e que assim será primeiramente evidenciado, é a composição étnica do local. Esta, ao contrário dos demais conflitos separatistas do espaço pós-soviético, não apresenta um fator étnico decisivo. Pelo contrário, a multiétnicidade do local é pronunciada (como podemos notar a partir da análise da tabela a seguir), o que nos permite afirmar que a natureza do desejo separatista não se baseia em uma noção de nacionalidade fundamentada em uma etnia compartilhada (COJACURU, 2006).

Tabela 4 - Composição Étnica da Transnístria

Ethnicity	1926 census	1936 census	1989 census	2004 census
Moldovans	44.1	41.8	39.9	31.9
Ukrainians	27.2	28.7	28.3	28.8
Russians	13.7	14.2	25.5	30.4
Others	15.0	15.3	6.3	8.9

Fonte: (BLAKKISRUD; KOLSTO, 2010).

A maioria moldava que compõe o enclave parece, em uma primeira análise, não condizer com as intenções separatistas da região. Contudo, um estudo mais pormenorizado nos permite maiores compreensões acerca das possíveis razões pelas quais uma entidade política de maioria étnica moldava busca se separar daquele que seria o Estado que representa, de fato, o mencionado grupo étnico. A primeira das razões que podemos pontuar diz respeito ao sistema político adotado pela Transnístria desde a dissolução da União Soviética. O regime presidencialista cunhado neste contexto conta com uma série de singularidades que o aproxima daquilo que definimos enquanto *regime híbrido*. Nomeadamente centralizado na figura do presidente, o governo conta com amplo aparato militar²⁹ e ministerial, o que permite

²⁹ As Forças Armadas locais são em grande medida sustentadas pela Rússia, cujo envio de material bélico e participação em treinamentos militares permite ao governo transnístrio o monopólio da força e a realização de atividades coercitivas (BLAKKISRUD; KOLSTO, 2011).

razoáveis níveis de organização estatal e garante controle sobre o território e suas fronteiras. Neste ínterim, ainda, o governo transnístrio conta com um sistema eleitoral bem estruturado, com eleições periódicas assistidas por alguns atores internacionais e com pluralidade de partidos políticos concorrendo a cargos parlamentares. Contudo, concomitante a este cenário prevalecem, também, políticas que dificultam a entrada de grupos partidários contrários ao regime secessionista. As sucessivas reeleições de Igor Smirnov (presidente do enclave de 1991 a 2011) à presidência, por exemplo, parecem indicar um processo eleitoral pronunciadamente enviesado e descompromissado com a garantia de trocas de grupos no poder (BLAKKISRUD; KOLSTO, 2011; PROTSYK, 2009).

O controle do jogo político da Transnístria, ademais, surte efeitos na representatividade dos grupos étnicos locais em cargos parlamentares à medida em que permite que haja pluralidade partidária tão e somente quando não haja grandes ameaças ao regime central secessionista. Dessa maneira, as demandas políticas de certos grupos sociais são apartadas do direito de serem consideradas de forma contundente pelo governo. Conforme demonstrado pela tabela abaixo, os moldavos étnicos que compõem o Parlamento transnístrio são minoria em comparação com a parcela ocupada por demais grupos étnicos, o que pode indicar a razão do descompasso entre secessão e composição étnica que se vê na Transnístria (BLAKKISURID, 2011; KOLSTO; MALGIN, 1998).

Tabela 5 - Composição Étnica do Parlamento da Transnístria

	Population estimates (in percentages) ^b	Parliamentary term				Totals
		1990–1995	1995–2000	2000–2005	2005–2010	
Moldovans	33.8	18.75	24.29	23.81 ^c	25.6 ^c	22.83 ^c
Non-Moldovans				76.19 ^c	74.4 ^c	77.06 ^c
Russians	28.7	40.63	27.14			
Ukrainians	28.8	34.38	38.57			
Bulgarians	2.1	1.56	7.14			
Gagauzians	0.7	1.56	1.43			
Other	5.9	3.12	1.43			
Totals	100	100	100	100	100	100
Number of deputies		64	70	42	43	219

^aSource: Author's calculations from Marakutsa (2000), *Pridnestrov'ye* (December 21, 2000) and the official website of the Supreme Soviet of the Transnistrian Moldovan Republic (www.vspmr.org). The source for population estimates is Babilunga et al. (2003).

^bPopulation estimates are for 1989.

^cAn estimated number based on a sum of self-reported ethnic data by the deputies plus the last name-based estimates of Moldovan ethnicity for deputies with no reported ethnicity. For the 2000–2005 and 2005–2010 parliaments, ethnicity was estimated for 20 and 21 deputies, respectively.

Fonte: (PROTSKY, 2009).

Para além dos aspectos políticos, a Transnístria também apresenta uma economia própria que é muito representativa de sua atual situação. Quando da declaração de independência do enclave, a região contava com uma planta industrial bem desenvolvida mas demonstrava grandes deficiências no que diz respeito à arrecadação de impostos e financiamento das atividades locais. Neste contexto, o governo transnístria viu-se na necessidade de incorrer em uma série de reformas, das quais convém destacar a adoção do rublo transnístrio como moeda nacional e a privatização de indústrias estatais. A primeira decisão foi tomada logo após a independência transnístria e foi responsável por altos índices inflacionários. Estes viriam a demandar atitudes do governo no início dos anos 2000, momento em que a paridade da moeda com o dólar americano atingia patamares de 210.000:1, respectivamente. Já a segunda decisão governamental aqui comentada, a qual

também começa a se esboçar já nos anos 90 e se aprofunda progressivamente, tem sido responsável pelo aumento da presença russa em território transnístrio. A compra das instituições públicas, assim, seria em ampla escala realizada tanto pelo governo russo quanto por empresários do país (BLAKKISRUD; KOLSTO, 2011)

Ainda que o governo do enclave tenha demonstrado capacidade de agir sobre as questões econômicas, a falta de reconhecimento internacional continua a ser um grande empecilho à medida em que limita o comércio exterior da região. Atualmente, grande parte das trocas realizadas pelo irredentista, que tem na Rússia - novamente - uma grande parceira comercial, tem sido realizada através da Moldávia. Esta, em 1996, concederia à Transnístria a permissão para usar da permissão moldava para exportar e importar produtos do local. A medida levaria algum tempo para ser implementada, porém seus efeitos foram imediatos e surpreendentes. De 2001 a 2007 Tiraspol gozaria de um aumento de 10,6% em seu PIB em virtude do aumento das trocas internacionais, as quais viriam a se reduzir drasticamente dada a recessão de 2008³⁰ (BLAKKISRUD; KOLSTO, 2011; PROTSYK, 2009).

Tem-se, assim, uma nação cuja economia mostra-se essencialmente dependente tanto da Rússia quanto da Moldávia. Para além da profunda dependência e suas consequências, contudo, este cenário econômico também limita a Transnístria de prover serviços, como saúde e educação, à sua população. Estes, então, são garantidos pela ajuda da Rússia, que, entre outras medidas, oferece medicamentos e material didático aos transnístrios. A situação econômica que predomina no enclave, por fim, vem se revestindo de um caráter político ao passo em que tem atuado como fator decisivo na composição parlamentar do local. Esta, conforme demonstrado abaixo, apresenta uma clara tendência a corroborar a concentração de empresários, evidenciando a centralidade da economia em meio às decisões políticas (BLAKKISRUD; KOLSTO, 2011; PROTSYK, 2009).

³⁰ O cenário crítico reduziria em 40% as exportações transnístrias (MINISTÉRIO DA ECONOMIA DA MOLDÁVIA, 2010).

Tabela 6 - Representação de classes econômicas no parlamento da Transnístria

	Parliamentary term				Totals
	1990–1995	1995–2000	2000–2005	2005–2010	
Professional	20.31	13.56	6.45	5.88	14.04
Culture and education	4.69	5.08	6.45	11.76	5.85
Business	25.00	44.07	48.39	70.59	40.35
Military and police	6.25	0	3.23	5.88	3.51
Political	10.94	3.39	0	0	5.26
Civil service	29.69	25.42	25.81	0	24.56
Trade	0	1.69	0	0	0.58
Other	0	0	3.23	0	0.58
No data	1.56	0	6.45	0	1.75
Totals	100	100	100	100	100
Number of deputies	64	59	31	17	171

Fonte: (PROTSYK, 2009).

Conforme pudemos analisar, a Transnístria possui um aparato estatal que, apesar de apresentar certas debilidades e razoável grau de dependência externa, mostra-se funcional. A presença de eleições regulares, a divulgação de dados oficiais, o caráter de (limitada) pluralidade partidária, o monopólio da força, o controle territorial, a existência de serviços públicos à população, entre outros elementos, evidencia um processo de *state-building* que vem se fortalecendo desde a independência. Neste íterim, contudo, alguns elementos antidemocráticos e de centralização estatal se sobrepõe às práticas liberais adotadas. Dessa maneira, portanto, podemos tanto afirmar que se trata a Transnístria de uma região de regime híbrido como, também se trata ela de um Estado *de facto*, munido de todos os elementos simbólicos presentes em demais países, como hino nacional, passaporte e bandeira próprios.

Imagem 5 - Passaporte da Transnístria



Fonte: (CHAPPLE, 2016)

Para além da evidente construção de uma estrutura estatal sólida, porém, a Transnístria apresenta, ainda, um intenso processo de *nation-building*. Este, em virtude da já mencionada composição étnica local, tem sido amplamente respaldado pelo processo de construção de uma identidade nacional que se sustenta em bases históricas. A multietnicidade é o grande elemento discursivo que engloba os cidadãos do enclave e é a partir dela que se busca forjar uma comunidade política homogênea quanto ao seu sentimento de nação. A somatória da heterogeneidade populacional e de um governo unificado sem relações étnicas com sua população remete à multinacionalidade institucionalizada do regime soviético e à ambição deste em constituir o *homo sovieticus*. Tamanha familiaridade histórica, sobreposta à permanência de elites políticas vindas do regime soviético quando da declaração de independência e à proximidade da Rússia³¹, corroboraria a construção de uma identidade

³¹ Conforme já discutido, desde o fim da URSS, a Rússia passaria a voltar suas ações à tentativa de manter sua influência na região. Neste ínterim, o país incorreria em diversas tentativas de impedir a entrada ocidental, o que seria feito, por exemplo, em virtude da criação da CEI. Ademais, dada a russificação perpetrada por Stalin e

nacional respaldada por símbolos remanescentes do período soviético (BOWERS; KAUFMAN, 1998; COJOCARU, 2009).

Assim, os esforços voltados à construção identitária da Transnístria se pautam, sobretudo, na reiteração da retórica acerca da história compartilhada pelo povo da região durante o período soviético. Neste contexto, muitos símbolos ligados ao regime instaurado pela URSS seriam utilizados pelo Estado *de facto* como aparato simbólico estatal. Assim, a formação simbólica da nação transnístria fundamenta-se em representações que, como podemos ver nas imagens abaixo, remetem ao legado soviético.

Imagem 6 - Bandeira Nacional da Transnístria



Fonte: (CONSELHO SUPREMO DA REPÚBLICA MOLDAVA DA PRIDNESTROVIANA, s.d.).

Brejnev durante o regime soviético, a Rússia manteria uma forte proximidade com os símbolos e a identidade da época (LO, 2002).

Imagem 7 - Brasão de Armas da Transnístria³²

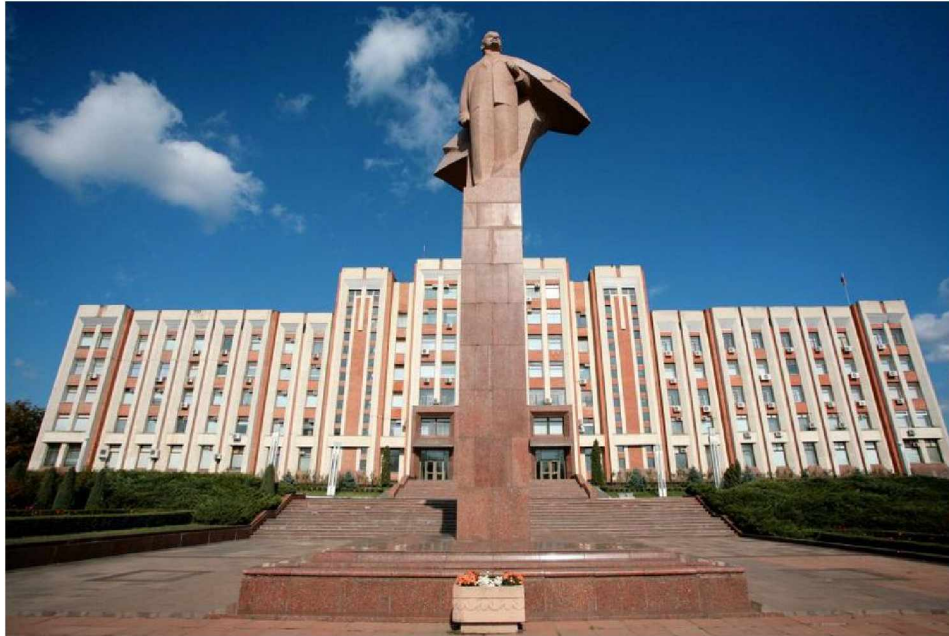


Fonte: (CONSELHO SUPREMO DA REPÚBLICA MOLDAVA DA PRIDNESTROVIANA, s.d.)

A clara alusão ao regime da URSS, contudo, não se limita à adaptação de elementos soviéticos aos símbolos nacionais. A Transnístria mantém, ainda, uma espécie de culto nostálgico à glória do passado vivido sob a égide da União Soviética. A continuada presença da KGB e as inúmeras estátuas de Lênin espalhadas pelas cidades são exemplos de como o período é cultuado e representado como se, em certa medida, ainda estivesse em vigência.

³² Os dizeres do brasão, os quais se pode traduzir como “República Moldava de Pridnestroviana”, estão representados em três idiomas: russo, moldavo e ucraniano, como forma de demonstrar a multietnicidade da qual se orgulham os cidadãos da região (CONSELHO SUPREMO DA REPÚBLICA MOLDAVA DA PRIDNESTROVIANA, s.d.).

Imagem 8 - Estátua de Lênin em Frente Prédio Público em Tiraspol



Fonte: (CHAPPLE, 2016)

Somadas às inúmeras “memórias” soviéticas, a presença russa é também um importante elemento em meio à construção identitária da Transnístria. Para além da importante cooperação econômica e militar, a Rússia faz-se presente em demais contextos do cotidiano do enclave, como na presença continuada de tropas russas e no hasteamento de bandeiras russas em comemorações nacionais (prática prevista por lei). Por outro lado, simultaneamente à exaltação do legado soviético e à proximidade da Rússia, a Transnístria também valoriza a heterogeneidade de sua população. A multietnicidade da região é, pois, não somente celebrada, mas também institucionalmente protegida, a exemplo do uso e do ensino dos três grandes idiomas locais: russo, ucraniano e moldavo (BOWERS; KAUFMAN, 1998; COJOCARU, 2009).

Sobrepondo os elementos aqui apresentados, assim, tem-se a construção de uma identidade nacional que, segundo Stefan Troebst (2003) respalda-se em cinco grandes pilares. O primeiro diz respeito à *distintividade* do *self* transnístrio, que se destaca de demais construções identitárias do espaço pós-soviético e do mundo sobretudo em virtude da permanência de elementos soviéticos como âncoras da simbologia local. O segundo trata do

aparato estatal transnístrio, que provê o aparato territorial e social a partir dos quais se sustenta a nação; neste contexto, a construção de um regime híbrido essencialmente sustentado pela Rússia é de grande centralidade. O terceiro, por sua vez, remete à já abordada multiétnica característica. O quarto trata do *vetor Russo Ortodoxo* que determina o conteúdo cultural, cívico e religioso que promovem um sentimento de unidade à diversa sociedade transnístria. E, finalmente, o último pilar da identidade da Transnístria diz respeito ao *moldovanismo*. Aqui, este conceito reveste-se de uma carga ideológica ligeiramente distinta do mesmo termo cunhado em 1924. Na visão de Troebst, o moldovanismo que sustenta o *Self* transnístrio está ligado ao entendimento que a sociedade irredentista tem da Moldávia: segundo a população secessionista, o Estado moldavo, à medida em que esboça uma aproximação com o Ocidente e com a Romênia, não mais representa, de fato, o povo moldavo. Esta representação de um Estado outrora integrante da URSS, portanto, seria melhor contemplada pela própria Transnístria.

Ainda que esta identidade continue em eterno processo de construção, há alguns indícios de que a empreitada transnístria tem sido bem-sucedida. Um deles está presente na concepção de cidadãos de aproximadamente 30 a 40³³ anos atualmente acerca da história da Transnístria. A partir dos dados apresentados por Natalia Cojocar (2006), os jovens da região separatista não consideram que haja alguma história compartilhada com a Moldávia para além daquela que se deu durante o regime da URSS. Segundo os resultados das entrevistas analisadas pela autora, os entrevistados consideravam que a história transnístria sempre esteve muito mais conectada ao Império Russo e ao contexto soviético do que do “vizinho” moldavo. Ademais, o argumento acerca do sucesso da empreitada identitária da Transnístria encontra respaldo, também, na composição do parlamento redentista.

³³ Cálculo feito a partir da soma de 13 anos à idade média de entrevistados do texto de Natalia Cojocar (2006).

Tabela 7 - Local de Nascimento dos Deputados da Transnístria no Termo de 2005-2010

Birthplace	Number	Percentage
Right Bank Moldova	5	11.6
Transnistria	13	30.2
Russia	9	23.3
Ukraine	8	18.6
Other	4	9.3
No data	3	7.0
Totals	43	11.6

**Source:* Author's calculations from the official website of the Supreme Soviet of the Transnistrian Moldovan Republic (www.vspmr.org).

Fonte: (PROTSYK, 2009).

Conforme podemos determinar, ainda que menos de 50% do parlamento seja constituído por transnístrios de nascença, o desejo secessionista e a busca pelo reconhecimento internacional permanecem. Se sobrepusermos estes números à composição étnica da Transnístria, teremos um cenário em que os transnístrios “nativos” representam uma porção menor da sociedade, e do governo, do que os grupos de outras origens. Este contraponto de informações aponta para o fato de que há uma porcentagem considerável de cidadãos que, mesmo nascidos em outras regiões, corroboram da identidade singular da transnístria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que a Revolução de 1917 tenha alterado as dinâmicas de organização econômica, política e social do território da Rússia *czarista*, as singularidades que o afastavam do ocidente permaneceriam. As noções de Estado e poder construídas no seio das políticas nacionalizantes de Pedro I (1689-1725) e Catarina II (1761-1796) já haviam criado uma identidade russa que não corroborava do modelo ocidental por uma série de fatores. A respeito destes, podemos citar a clara descontinuidade entre território e etnia da região: diferente dos Estados-nação europeus, a Rússia era composta por uma sociedade diversificada. Esta característica fazia necessário que fossem implementadas outras políticas que permitissem que a sociedade russa adquirisse um caráter unificado que lhe revestisse de um sentimento nacionalista que pudesse fortalecer o grande império, aumentando entre os súditos a lealdade a este. A maneira encontrada para corroborar este processo de homogeneização do sentimento nacionalista em meio à sociedade foi a chamada russificação, que nada mais seria que um esforço duplo de denegrir povos e demais elementos não-russos ao passo em que eram valorizados elementos tipicamente associados à Rússia. Assim, a exaltação da etnia eslava e de costumes característicos servia aos objetivos nacionalizantes dos monarcas ao passo em que contribuíam para a formação de um grande arcabouço que garantisse, na ausência de uma ascendência étnica em comum, o estabelecimento de fatores necessários à formação de uma identidade russa.

Percebemos, assim, que já no Império Russo havia um esforço de determinar grandes cisões que o afastassem de demais sujeitos a fim de exaltar suas singularidades. Dessa maneira, há, em certa medida, a construção de uma grande dicotomia entre a Rússia e o restante do mundo, evidenciando as relações de alteridade que são imprescindíveis à formação de identidades nacionais. É claro que tal processo de diferenciação não incorre um total afastamento entre os indivíduos aqui citados. As próprias considerações acerca da psicanálise lacaniana trazidas por Yannis Stravakakis (1998) e as contribuições da AD explicitadas por Lene Hansen (2006) negam esta possibilidade: o oposto, o diferente, faz-se presente e necessário pois é graças à sua externalidade que um indivíduo pode conceber sua própria identidade. Assim, o *Self* russo concebido sob o regime *czarista*, ainda que recorrentemente apoiado sobre a agudização daquilo que lhe era diferente, apoia-se sobre essas oposições para

se sustentar. Podemos, aqui, usar novamente do exemplo de Pedro e Catarina: ainda que ambos tenham, não se sabe se de forma totalmente consciente, lançado as bases para o nacionalismo russo a partir da criação de um arcabouço subjetivo de caracteres considerados essencialmente nacionais - russos -, a influência do modelo ocidental continua presente. A adoção de organizações militares inspiradas na Europa, a filosofia ocidental contida nos grandes mestres europeus que inspiraram ambos os déspotas e demais exemplos explicitam a presença do *Outro* na construção do *Self*. Ademais, a partir destes e de outros fatores, podemos perceber que, ainda que houvesse um esforço para que fossem internalizadas algumas contribuições externas, estas sempre eram implementadas com um certo grau de modificações. Estas, por sua vez, indicam-nos que havia já um entendimento acerca da singularidade da Rússia que exigia que tais alterações fossem feitas a fim de que estas mesmas estruturas pudessem ser funcionais em meio à nação russa.

É evidente que esta identidade russa cunhada no período *czarista* não foi sustentada ao longo dos anos. A Revolução de 1917 romperia com esta formação, o que indica a incapacidade dos monarcas que se sucederam no trono de manter estável o *Self* russo então vigente. Aqui é interessante estabelecer um breve diálogo com as contribuições de David Campbell (1992) acerca da concepção de identidade nacional enquanto um elemento performático. A grande premissa do autor afirma que nenhuma identidade existe verdadeiramente, o que há, contudo, é uma continuada performance daquilo que se pretende considerar a identidade de um país. Nesse sentido, podemos, então, concluir que os *czares* não foram mais capazes de sustentar as relações de alteridade que sistematizavam os limites à identidade russa e que, por conseguinte, criavam ela mesma. Desta maneira, a Revolução Russa pode ser encarada enquanto a grande representação da crise da identidade da Rússia *czarista*. A tomada do poder pelos revolucionários e, em seguida, pelos bolcheviques, portanto, daria início a uma nova concepção identitária à região.

Neste ínterim, podemos notar continuidades e inovações naquilo que diz respeito à construção de uma nova identidade do espaço até então dominado pelos *czares*. Não que houvesse qualquer intenção do *Politburo* de adotar valores e morais ocidentais capitalistas, mas as noções de centralização do poder e de supressão de expressões de nacionalidade da parte dos diversos povos que compunham o domínio territorial em favor da criação de uma identidade geral se mantinham. Estas características são bem representadas pela

multinacionalidade institucionalizada e pela divisão do espaço em diversas etnorepúblicas cujos direitos à autodeterminação tinham extensões contestáveis. Vimos ao longo deste trabalho que estes direitos passaram por diversos períodos em virtude das oscilações observadas entre os posicionamentos dos líderes que se sucediam no comando do Partido. Contudo, no geral, podemos salientar que a oposição ao Ocidente capitalista foi o grande discurso que sustentou as políticas soviéticas e que permitiu que fosse cunhada uma noção de identidade soviética que garantia a manutenção da URSS com suas características. Assim, havia uma construção identitária que esboçava o *Self soviético* sobre um arcabouço simbólico que remetia à revolução, à diversidade étnica, à luta contra a opressão capitalista e demais valores que eram mais ou menos exaltados a despeito do governo que se estabelecia. A longevidade da união socialista a despeito da sua multifacetada sociedade nos permite afirmar que esta identidade cunhada no seio da URSS teve certo grau de sucesso uma vez que permitiu, não sem a ajuda de políticas coercitivas, a existência da União Soviética de forma estável. É evidente, pois, que o *Self* russo há pouco discutido não havia de todo desaparecido: houve ainda tentativas de aproximá-lo, em maior medida, da identidade soviética que se almejava construir.

Neste contexto, as políticas de russificação de Stalin (1924-1953) e Brejnev (1964-1982) corroborariam o sufocamento de expressões de identidades locais em prol da construção do *homo sovieticus*. Este, segundo os políticos em questão, se respaldaria amplamente na Rússia como fonte de elementos de homogeneização de um sentimento de pertencimento que suplantaria possíveis protonacionalismos. Neste ínterim, a aproximação forçada de Moldávia e Transnístria sob uma mesma RSS teria suas consequências silenciadas e contidas em virtude das políticas que desmobilizavam grandes processos de formação identitária. Contudo, ainda que o *Politburo* contasse com meios de repreender e reprimir conflitos entre os povos da URSS, os desentendimentos entre as populações de ambas as margens do Dnestr eram latentes em virtude do histórico afastamento das mesmas. Desta maneira, as políticas de Gorbachev (1985-1991) flexibilizariam a margem de manobra de autodeterminação dos povos soviéticos. É, pois, neste contexto que a Moldávia, incentivada pela Romênia - com quem acreditava possuir laços de grande proximidade étnica e histórica -, dá início à implementação de políticas que favoreciam seu próprio processo de formação estatal [*state-building* e *nation-building*]. A Transnístria, assim, vê-se subjugada a um Estado

que não demonstrava interesse, ou capacidade, de garantir à margem leste direito à representatividade. Assim, é sob estas condições de pronunciado temor em relação às recentes atitudes moldavas, que a Transnístria abandona sua posição autônoma para clamar por independência.

A ameaça moldava, nesse sentido, não se constrói apenas sobre o medo do Ocidente, mas, sobretudo, o faz sobre o medo de que a aproximação da Romênia impediria a própria existência da Transnístria. A limitação à representatividade transnístria evidenciada pelas atitudes unilaterais da Moldávia, assim, ameaçava o espaço para que o povo transnístrio gozasse do direito à autodeterminação. A não-inclusão da população redentista representava a impossibilidade desta se identificar com o próprio Estado do qual faria parte, o que contraria completamente as propostas de Benedict Anderson (2008) acerca da importância da construção das comunidades imaginadas para ambos Estado e nação. É, pois, sobre este cenário que a Rússia, após o fim da URSS, passaria a assumir a função de provedora de capacidades de sobrevivência à Transnístria e, por conseguinte, de defensora da identidade transnístria.

A respeito deste processo, salienta-se a centralidade do sentido de efeito que a ocidentalização e a própria história da Moldávia - por anos parte do território romeno e a ele mais próxima culturalmente - exercem sobre a construção da identidade do país perante a Transnístria. Esta, envolta por um aparato simbólico e ideacional russo/soviético que historicamente nega o Ocidente o revestindo de um caráter ameaçador e opressor, interpreta as ações moldavas a partir de uma posição que corrobora o entendimento destas enquanto perigosas. Assim, o discurso sustentado pela Moldávia suscita na Transnístria uma resposta de oposição que se baseia no entendimento que a mesma tem de que os moldavos são afeitos à progressiva ocidentalização de seu país. Por conseguinte, há a construção, entre os transnístrios, de uma identidade moldava que flerta cada vez mais com aqueles que são as grandes ameaças ao modo de vida e à identidade do território irredentista: o Ocidente. Entrementes, contudo, a própria Moldávia vem demonstrando, de fato, um maior interesse em se aproximar da comunidade ocidental em virtude da capacidade que esta apresenta de auxiliar o país a superar muitas de suas dificuldades. Há também, evidentemente, um maior

apreço ao Ocidente por parte dos moldavos em razão de sua proximidade com a Romênia, país membro da União Europeia e afeito ao modelo ocidental de civilização.

O processo de construção identitária da Transnístria, portanto, baseia-se, essencialmente, na progressiva agudização da oposição existente para com a Moldávia. Este processo de alteridade crescente é, pois, sustentado pelo governo do enclave à medida em que é ele definidor da própria existência do Estado *de facto*. Tal atitude se justifica pois, conforme quer Lene Hansen (2006) e demais expoentes do debate pós-estruturalista, é graças à identidade nacional que pode uma entidade política incorrer em processos de *state-building* e *nation-building*. Tal relação se justifica pois é a identidade o elemento que viabiliza o afloramento do sentimento de nação a partir da delimitação das fronteiras daquilo que pode uma sociedade significar. Assim, é graças à identidade nacional que uma sociedade passa a se conceber enquanto um grupo coeso, uma comunidade imaginada que, apesar das particularidades de cada indivíduo, concebe-se enquanto um corpo social unido por semelhanças que superam as particularidades de cada um.

No caso da Transnístria, este processo é particularmente mais complexo pois a região não conta com uma formação étnica homogênea, o que faz com que os demais elementos simbólicos de sustentação da identidade nacional necessitem ser devidamente fortalecidos. É, pois, em virtude dessa ausência de elementos compartilhados pela população que são sustentados os símbolos e memórias do período soviético - considerado o grande elemento em comum capaz de unificar as diferentes etnias que formam a Transnístria. Neste ínterim, ainda, a recorrente reafirmação da visão da Moldávia enquanto uma ameaça colabora para que este novo arcabouço simbólico seja legitimado em prol da união da sociedade em favor da defesa desta contra seus vizinhos.

Portanto, o culto ao elemento soviético é sustentado pelo enclave pois é ele entendido como principal fator capaz de promover a construção de uma identidade estável e homogênea que garanta ao Estado *de facto* o nível de organização estatal que lhe conceda o reconhecimento internacional. Assim, a construção da identidade moldava para a Transnístria é fulcral pois reitera a importância dos elementos que sustentam a identidade irredentista. À medida em que é cada vez mais significada como ocidental e afeita à “romenização”, a Moldávia representa uma crescente ameaça externa à identidade soviética e anti-ocidental da

Transnístria. Porquanto, podemos concluir a centralidade da concepção da identidade moldava por parte da região independentista e o papel que este entendimento exerce na manutenção de um arcabouço subjetivo e institucional aparentemente anacrônico.

A discussão acerca da identidade transnístria, finalmente, diz respeito mais que à sua organização estatal ou à sua singularidade, mas, também, à própria existência do enclave. Esta pode ser encarada de diversas maneiras, das quais destacarei as que seguem. A formação identitária da Transnístria pode ser encarada como essencial à própria existência dela pois está a identidade profundamente relacionada à capacidade do Estado *de facto* de adquirir o reconhecimento da comunidade internacional. Por outro lado, a identidade Transnístria pode estar relacionada à existência desta à medida em que permite que ocorram processos nacionalistas que embasam a formalização da estrutura estatal formal que provê o enclave de sua capacidade de existir enquanto entidade política. Na Transnístria, esta construção identitária permite que o Estado *de facto* seja concebido por sua própria nação, passando a existir de fato na concepção desta. Assim, a máxima de David Campbell (1992) é válida pois percebemos que a atuação performática da identidade transnístria, sustentada pela recorrente reprodução de símbolos que remontam a um passado soviético em comum, é o elemento que sustenta todo o processo de aglutinação social do qual necessita a nação aqui abordada. A região irredentista, neste contexto, parece ocupar uma posição ambígua em que, ao passo em que pode declarar sua existência face à sua população e em virtude de sua organização estatal, não pode afirmar sua existência irrevogável em função do não reconhecimento da comunidade internacional. Há, assim, um descompasso entre a legitimidade do governo, e Estado, transnístrio no âmbito doméstico e no âmbito internacional: ao passo em que o primeiro legitima a existência do país, o segundo nega a mesma.

Da sobreposição das análises históricas aqui realizadas, podemos concluir que a identidade da Transnístria é o resultado de uma amálgama entre o legado soviético, o alinhamento à Rússia e a negação das aproximações ocidentais representadas pela Moldávia. Neste íterim, a interdiscursividade mostra-se enquanto conceito fundamental ao entendimento do *Self* irredentista: em sua busca por se firmar enquanto uma entidade política singular e soberana, o enclave se respalda - ainda que não de todo consciente - na inclusão do discurso russo ao seu próprio. Esta afirmação se sustenta à medida em que percebemos não somente a grande cooperação econômica e militar que a região secessionista mantém com os

russos, mas, também, a materialidade da sócioideologia russa enquanto norteadora do temor que a Transnístria nutre do Ocidente. Há também, uma presença continuada do passado soviético em meio ao discurso transnístrio, o que é, por sua vez, transbordado para a identidade da região. Aqui, ainda podemos perceber a roupagem pela qual é envolta a Moldávia no discurso da região independentista: uma vez que é este país a representação das tentativas ocidentais sobre a Transnístria, é ele um perigo à própria existência desta. Ademais, a polifonia dos sujeitos aqui estudados é também vista na Moldávia à medida que em seu discurso há a presença de elementos ocidentais sobretudo vindos da Romênia (a própria bandeira nacional do país é um evidente exemplo da presença dos romenos nas formações discursivas, e por conseguinte identitárias, dos moldavos).

Neste âmbito, as contribuições do pós-estruturalismo permitem que percebamos a indispensabilidade da construção do antagonismo para que as identidades aqui em jogo possam se sustentar. O fato de a Moldávia representar um modelo de vida ocidental que contraria os valores defendidos pelos transnístrios é essencial para que os limites de cada identidade sejam sistematizados. Assim, ao passo em que é sustentado um discurso que significa o Ocidente, e, por conseguinte, a Moldávia, como uma ameaça, é a identidade transnístria construída enquanto um elemento distinto cada vez mais coeso. O próprio contexto em que se dá a declaração de independência da Transnístria sustenta essa afirmação, uma vez que a secessão apenas se torna uma opção à medida em que a autodeterminação do leste do Dnestr é ameaçada pela agudização da ocidentalização moldava (representada pelas políticas linguísticas que contemplavam o romeno e o moldavo em detrimento do russo). Assim, percebemos a validade das premissas que elencam a alteridade como necessária à formação de identidades e, sobretudo, validamos as contribuições de David Campbell (1992) à medida em que podemos observar a securitização da qual é revestida a Moldávia pela Transnístria. Ao passo em que a identidade moldava passa a ser concebida enquanto uma ameaça à própria existência do *Self* da porção independentista, esta passa a se posicionar progressivamente de forma mais diametralmente oposta à conduta moldava.

A abordagem identitária, quando usada para analisar o caso da Transnístria nos permite, como podemos concluir, incorrer em um estudo mais multifacetado que garante a inclusão de diferentes atores e processos no entendimento do caso. Para além disto, podemos, desta maneira, incluir fatores tanto da ordem prática/material quanto da subjetiva/ideacional.

Tal diversidade de fatores e atores envolvidos promove uma compreensão que extrapola os limites impostos pela consideração exclusiva de características concentradas em aspectos específicos. Conforme pudemos perceber, a identidade enquanto elemento central deste estudo nos permitiu sobrepor história, indicadores econômicos, símbolos nacionais e demais fatos e fatores que contribuem para que consigamos acessar de maneira mais satisfatória a real complexidade do cenário que corrobora a construção da identidade transnístria em sua forma *sui generis*.

Finalmente, a presença do discurso russo na construção da identidade transnístria é inegável pois é a partir dela que se aprofundam os processos que simbolizam a ameaça ocidental. Esta concepção negativa dos valores que imperam à oeste da Eurásia, porém, não se limita à ação recente da Rússia. Desde o período imperial o descompasso entre os modos de vida oriental ortodoxo e liberal ocidental é pronunciado. As diferentes dinâmicas de organização política e social observadas em ambos os contextos corroboraria o enraizamento de concepções distintas acerca do poder, do Estado e, por conseguinte, dos povos dos quais este se constitui. É, pois, em meio a este cenário que a URSS ascenderia ao poder e lançaria mão de suas estratégias para construir a grande identidade soviética que é, em alguma medida, ainda hoje sustentada pela Transnístria.

A participação da Rússia, apesar de sua centralidade para a compreensão do caso transnístrio, é um fato que não foi o objeto de análise central deste estudo, ainda que tenha sido por ele tangenciado. Acerca desta proximidade russo-transnístria, todavia, a dinâmica das relações entre os atores envolvidos é diferente daquela à qual me dediquei nesta monografia. Ao contrário daquilo que foi aqui demonstrado, o enclave possui relações amigáveis com a Rússia, o que indica a sistematização de um relacionamento que se dá para além da alteridade clássica. Assim, a proximidade que se observa entre ambos não é revestida de uma roupagem conflituosa, o que indica a possibilidade de que, para além da oposição, a identidade também deve prescindir de aproximações para se formar. Esta pesquisa, assim, vislumbra próximas etapas que se dedicarão à melhor compreensão do papel russo na identidade transnístria e à expansão do escopo de compreensão da identidade para além da alteridade e do conflito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. **DRLAV**, Paris, n° 26, p. 91-151, 1982.
- BEISSINGER, Mark R. **Scientific management, socialist discipline and soviet power**. Londres: I.B. Tauris & Co, 1988.
- BERG, Eiki; TOOMLA, Raul. Forms of normalization in the quest for de facto statehood. **The international spectator**, vol.44, n.4, 2009.
- BESSARABIA SIG. Map of Russian Empire's Bessarabia. **Bessarabia SIG**. Disponível em: <<https://www.jewishgen.org/bessarabia/default.asp>>. Último acesso: 10 jun.2019.
- BLAKKISRUD, Helge; KOLSTO, Pål. From Secessionist Conflict Toward a Functioning State: Processes of State- and Nation-Building in Transnistria. **Post-Soviet Affairs**, vol.27, 2011.
- BOLGOVA, Irina; ISTOMIN, Igor. Transnistrian strategy in the context of Russian–Ukrainian relations: the rise and failure of ‘dual alignment’. **Southeast European and Black Sea Studies**, vol. 16, n. 1, p.169-194, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **In Other Words**: Essays Towards a Reflective Sociology. Tradução por M. Adamson. Cambridge: Polity, 1990.
- BOWERS, Stephen R.; KAUFMAN, Stuart J. Transnational Dimensions of the Transnistrian Conflict. **Nationalities Papers**, vol.26, n.1, 1998.
- BRANDÃO, Helena Hatshue Nagamine. **Introdução à Análise de Discurso**. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- BRUBAKER, Rogers. Rethinking Classical Theory: The Sociological Vision of Pierre Bourdieu. **Theory and Society**, vol.14, n.6, 1985.
- _____. Nationhood and the National Question in the Soviet Union and Post-Soviet Eurasia: an Institutional Account. **Theory and Society**, vol.23, 1994.
- BYANOV, Georgi. Transdniestrian settlement: ‘Western’ and ‘Eastern’ vectors of a compromise. In: MATVEEV, D. et al.(eds). **Moldova-Transdnistria**: working for a prosperous future negotiation process. Chisinau: Cu drag Publishing House, 2009.
- CAMPBELL, David. **Writing security**: United States foreign policy and the politics of identity. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1992.
- CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. Tradução por Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Palas Athena, 1990.
- CARR, Edward Hallet. **The Bolshevick Revolution 1917-1923**. Londres: Pelican Books, 1950.

CHANDLER, David. **Empire in Denial: the Politics of State-building**. Londres: Pluto Press, 2006.

CHAPPLE, Amos. Welcome to Transnistria: a Soviet breakaway territory in Eastern Europe. **The Telegraph**, 2016. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/travel/destinations/europe/galleries/Welcome-to-Transnistria-a-Soviet-breakaway-territory-in-Eastern-Europe/border-checkpoint/>>. Último acesso em: 07 jun.2019.

COJOCARU, Natalia. Nationalism and identity in Transnistria. **Innovation**, Vol. 19, Nos. 3/4, 2006.

CONSELHO SUPREMO DA REPÚBLICA MOLDAVA DA PRIDNESTROVIANA. **Símbolos de Estado**, s.d. Disponível em:

<<http://www.vspmr.org/about/gosudarstvennie-simvoli/>>. Último acesso em: 01 jun.2019.

CORNELL, S. Autonomy as a Source of Conflict. *Caucasian Conflicts in Theoretical Perspective*. **World Politics**. Cambridge, v. 54, n. 2, p. 245-276, 2002.

DERRIDA, Jacques. **A Escritura e a Diferença**. Tradução por Maria Beatriz da Silva. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DIAS, Vanda Amaro. The EU's post-liberal approach to peace: framing EUBAM's contribution to the Moldova–Transnistria conflict transformation. **European Security**, vol. 22, n.3, p.338- 354, 2013.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Diário de um escritor: meia carta de um sujeito**. Tradução de Daniela e Moissei Mountian. São Paulo: Editora Hedra, 2016.

DUKES, Paul. **Catherine the Great and the Russian Nobility: A Study Based on the Materials of the Legislative Commission of 1767**. Cambridge: Cambridge University Press, 1967.

DURA, George. The EU and Moldova's Third sector: partners in solving the Transnistria conflict. **MICROCON Policy Working Paper**, vol.14, 2010.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade**. Tradução por Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso: Reflexões introdutórias**. [S.l.]: Editora Claraluz, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Layola, 2000.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **World Economic Outlook Database**, s.d. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/02/weodata/index.aspx>>. Último acesso em: 06 jun.2019.

GOODE, J. Paul. Nationalism in Quiet Times. **Problems of Post Communism**, vol.59, n.3, 2012.

GREENFELD, Liah. **Nationalism: Five Roads to Modernity**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.

- GUIA GEOGRÁFICO. Mapa da Moldávia. **Guia Geográfico**, s.d. Disponível em: <<https://www.guiageo-europa.com/mapas/moldova.htm>>. Último acesso em: 10 jun.2019.
- HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. Nova Iorque: Routledge, 2006.
- HESSE, Hermann. **O Lobo da Estepe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- HILL, Ronald J. The Soviet Union: From ‘federation’ to ‘Commonwealth’. **Regional Politics and Policy**, vol.3, n.1, 1993.
- HIPPLER, Jochen. Violent Conflicts, Conflict Prevention and Nation-building – Terminology and Political Concepts. In: HIPPLER, Jochen (ed.). **Nation-building: A Key Concept for Peaceful Conflict Transformation?**. Londres: Pluto Press, 2004.
- IGLESIAS, Julien Danero. Eurovision song contest and identity crisis in Moldova. **Nationalities Papers**, vol. 43, n. 2, p.233–247, 2015.
- KING, Charles. **The Moldovans: Romania, Russia and the Politics of Culture**. Stanford: Hoover Institution Press, 2000.
- KOLSTO, Pål; MALGIN, Andrei. The Transnistrian republic: A case of politicized regionalism. **Nationalities Papers**, vol.26, n.1, 1998.
- KRAMER, Reggie. Transnistria Primer – Analysis. **Foreign Policy Research Institute**, 2016. Disponível em: <<https://www.eurasiareview.com/05102016-transnistria-primer-analysis/>>. Último acesso em: 05 junho 2019.
- LACLAU, Ernest. & MOUFFE, Chantall. **Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics**. Londres: Verso, 1985.
- LEWIN, Moshe. **Russian peasants and soviet power: a study of collectivization**. Londres: George Allen and Unwin, 1968.
- LO, Bobo. **Russian Foreign Policy in the Post-Soviet Era: Reality, Illusion and Mythmaking**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2002.
- MALIA, Martin. **The Soviet tragedy: a history of socialism in Russia, 1917-1991**. Nova Iorque: The Free Press, 1996.
- MATTERN, Janice Bially **Ordering International Politics: identity, crisis, and representational force**. New York, Routledge, 2005.
- MINISTÉRIO DA ECONOMIA DA MOLDÁVIA. **Ministry of Economics and Infrastructure**, 2010. Disponível em: <<https://mei.gov.md/en>>. Último acesso em: 1 jun.2019.
- MUSSALIM, Fernanda. **Linguística I**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.
- NABOKOV, Vladimir Dmitrievich. **Nabokov and the Russian Provisional Government, 1917**. New Haven: Yale University Press, 1976.

- NANTOI, Oazu. Sources and settlement prospects of the Transdnestrian conflict. In: MATVEEV, D. et al (eds). **Moldova - Transdnestria: working for a prosperous future negotiation process**. Chisinau: Cu drag Publishing House, 2009.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.
- PANOSSIAN, Razmik. The Irony of Nagorno - Karabakh: Formal Institutions versus Informal Politics. **Regional & Federal Studies**, vol.11, n.3, 2001.
- PARMENTIER, Florent. **La Moldavie à la Croisée des Chemins**. Paris: Universitoo, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999.
- PEGG, Scott. De Facto States in the International System. **Institute of International Relations**, The University of British Columbia, n.21, 1998.
- PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1949.
- PNUD. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2015**. 2015. Disponível em: <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>>. Último acesso em: 04 jun.2019.
- PROTSYK, Oleh. Secession and hybrid regime politics in Transnistria. **Communist and Post - Communist Studies**, vol.45, 2012.
- RAE, Heather. **State identities and the homogenisation of peoples**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- RAMALHO, Viviane & RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **A Revolução Russa 1917-1921**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- RIASANOVSKY, Nicholas V. **A Parting of Ways: Government and the Educated Public in Russia, 1801-1855**. Oxford: The Clarendon Press, 1976.
- ROMANIA INSIDER. Romania plans to add new national celebration. **Romania Insider**. 2017. Disponível em: <<https://www.romania-insider.com/romania-adds-new-national-celebration>>. Último acesso em: 10 jun.2019.
- ROPER, Steven D. The politicization of education: Identity formation in Moldova and Transnistria. **Communist and Post - Communist Studies**, vol.38, 2005.
- SHAH, Tabish. Modernization as Westernization? The geopolitical consequences of ethno-nationalism analyzed through Russian Art. **Nationalities Papers**, vol.41, n.5, 2013.
- SIMÃO, Licínia. **The EU's Neighbourhood Policy towards the South Caucasus: Expanding the European Security Community**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.
- SMITH, Anthony D. **National Identity**. Reno: University of Nevada Press, 1991.

_____. “State making and nation building” in HALL, John A. (ed.) **States in History**. Londres: Basil Blackwell, 1986.

SMITH, Graham (ed). **The Nationalities Quest in the Post-Soviet States**. Essex: Longman , 1996.

SMITH, Graham; LAW, Vivien; WILSON, Andrew; BOHR, Annette; ALLWORTH, Edward. **Nation-building in the Post-Soviet Borderlands: the Politics of National Identities**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1998.

SMITH, Graham. **The Post-Soviet States: Mapping the politics of Transition**. Londres: Arnold Publishers, 2002.

SMITH, Whitney. Flag of Moldova. **Enciclopedia Britannica**, 2011. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/flag-of-Romania>>. Último acesso: 31 mai.2019.

SOLOMARI, Vladimir. Narrative, Identity, State: History Teaching in Moldova. **East European Politics and Societies**, vol.16, n.2, 2002.

STRAVAKAKIS, Yannis. **Lacan and the political**. Londres: Routledge, 1999.

TAMAJÓN, Manuel. Triunfo del Capitalismo. **News and Politics**. 2009. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/Mahare/triunfo-del-comunismo-1203490>>. Último acesso em: 09 jun.2019.

TAYLOR, Adam. A map of Transnistria, Crimea, and other geographical “gray areas” to be worried about. **Washington Post**. 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2014/03/24/a-map-of-transnistria-cri-mea-and-other-geographical-gray-areas-to-be-worried-about/?utm_term=.f661c58cea36>. Último acesso em: 08 jun. 2019.

TROEBST, Stefan. The Transdnestrian Moldovan Republic: From Conflict-Driven State-Building to State-Driven Nation-Building. **European Yearbook of Minority Issues**, vol.2, 2003.

VAN MEURS, Wim. Carving a Moldavian identity out of history. **Nationalities Papers**, vol. 26, n. 1, p.39-56, 1998.

WALZER, Michael. On the Role of Symbolism in Political Thought. **Political Science Quarterly**, vol.82, junho, 1967.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, vol. 46, n. 02, 1992.

_____. Collective Identity Formation and the International State. **American Political Science Review**, vol. 90, n. 2, 1996.

WORLDATLAS. **Moldova Flag and Description**, s.d. Disponível em: <<https://www.worldatlas.com/webimage/flags/countrys/europe/moldova.htm>>. Último acesso em: 30 mai.2019.